

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Lia de Lima Junqueira

Manual de Cobertura sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário:
um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade

MARIANA
2025

Lia de Lima Junqueira

Manual de Cobertura sobre violência de gênero no ambiente universitário:
um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Jornalismo da Universidade Federal de
Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa

Mariana
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

J95m Junqueira, Lia De Lima.

Manual de Cobertura sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário [manuscrito]: um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade. / Lia De Lima Junqueira. - 2025.
70 f.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Ambiente universitário. 2. Mídia social e sociedade. 3. Minorias - Cobertura jornalística. 4. Violência - Prevenção. I. Barbosa, Karina Gomes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 070.11(81)(035)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa - CRB6/1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lia de Lima Junqueira

Manual de Cobertura sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário: um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 5 de setembro de 2025.

Membros da banca

Dra. Karina Gomes Barbosa - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Mariana Barbosa Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto)

Karina Gomes Barbosa, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital
de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Karina Gomes Barbosa da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/02/2026, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1050889** e o código CRC **C5E5FDBF**.

A todas aquelas que foram violentadas e
invisibilizadas pela mídia.
Espero que agora tenham, ao menos, uma
cobertura respeitosa.

Agradecimentos

Era segunda-feira à noite quando chegaram aquelas mensagens sobre a primeira entrega do projeto de TCC, ainda no início de abril de 2024, pouco antes da deflagração da greve. Era também uma das primeiras semanas de volta a Mariana após o falecimento de Cristina, minha mãe, que partiu nos últimos dias de março do mesmo ano. Ter vivenciado tudo isso fez com que esse projeto, hoje produto, nascesse desse luto e também desse novo florescer que habita em mim.

Por isso agradeço a ela; minha mãe, amiga, confidente e protetora de todos os momentos, pelos ensinamentos, amor, cuidado e, claro, pela poesia que só ela sabia e tinha nos olhos e nas palavras. Ter sido – e para sempre serei – sua filha é uma das maiores felicidades e honras que poderia sentir, Dona Cristina. Te agradeço pelos 20 anos de companhia aqui neste plano, mas também pelos 45 anos anteriores, nos quais você viveu intensamente por esse mundo com a alma mais livre que pude observar. Você faz muita falta por aqui, mas sei que guarda por mim em outras dimensões, nossa ligação é eterna.

Agradeço ao meu pai, Luiz, com quem tanto me pareço e aprendo, pela generosidade e amor transmitidos em atos. Foram muitas horas e quilômetros dirigidos de Santo Aleixo/RJ até Mariana/MG para realizar esse sonho – que não é só meu, mas nosso. Em minha família existem várias pessoas que concluíram os estudos, inclusive o superior, mas infelizmente meu pai não teve essa oportunidade. Estou aqui por ele, que sempre acreditou, me apoiou, fez (e faz) de tudo para que eu pudesse alcançar meus objetivos – e agora oficialmente formada.

Esse negócio de ter família grande é difícil, porque daí precisamos agradecer muita gente querida que está com/por nós. Em especial duas tias, que sempre se desdobraram pelos meus sorrisos, pelo meu cuidado, e que são essenciais para minha criação, Maria Isabel e Regina Maria. A toda a família Bastos de Lima (Figueiredo também, de meu avô) e a toda a família Junqueira, de quem herdei as pernas longas para percorrer esses caminhos extensos.

Mas, sobretudo, aos que vieram antes de mim, minhas avós e avôs, que mesmo sem conhecer, estavam comigo em sonho e me acompanharam. Além disso, por ter sido a última filha das duas famílias, faço a ponte entre gerações, portanto agradeço a todos aqueles que fizeram e fazem parte de mim; tias, primas, tias-avós e parentescos de outros graus.

Azul, da cor do mar, e imenso, como os horizontes em que nos encontramos, agradeço a minha companheira, meu amor, minha – também – família. Bianca foi e é (sempre com desejo de futuro) uma das maiores inspirações para esse trabalho. Ela me escuta, me entende e me decifra como ninguém; nossas conversas são infinitas e me levam para lugares

especialmente mágicos. Muito obrigada, meu amor, por todo – que nem sei como colocar em palavras – significado que você tem para mim, por tudo que você faz, fala e me ensina. Ter encontrado contigo em Mariana mudou (e muito) toda minha experiência aqui; eu não me sentia boba pois sabia que tinha sua companhia para rir junto. Eu amo e admiro muito você.

Sou fruto de diversas relações que se costuram ao longo dos anos, daquelas que se desenrolam e quando vamos ver temos mais de vinte anos de amizade. Ter essas pessoas em minha vida é saber que sempre terei para onde voltar, terei com quem compartilhar as memórias felizes entre infância e adolescência – e criar novas, agora vida adulta. Por isso agradeço as minhas melhores amigas, Karen, Catarina e Julia, por todo o amor e afeto partilhado ao longo dessa vida.

Ao meu amigo Bernardo, que se faz presente em todos os momentos, me entende e acolhe como ninguém. Com ele aprendi a escutar e ser escutada, observei nossa mudança juntos, lá no meio da pandemia, e assim permanecemos, em constante transformação. Muito obrigada por estar comigo desde os abraços apertados e extensos até os longos áudios.

Na virada do ensino fundamental para o médio fui aprovada no Colégio de Aplicação da UFRJ e fui, cheia de medo para um ambiente totalmente novo, sem conhecer ninguém. Logo que cheguei fui abraçada, acolhida e senti que estava ocupando um lugar de fato reservado para mim – isso porque não bastava ser aprovada, mas ainda tinha um sorteio para definir quem passou. De lá para cá caminho junto com Luana e Nina, minhas irmãs, com quem divido o dia por mensagem, já que cada uma está numa ponta. Agradeço também a Júlia, minha moradora favorita do Méier. Vocês significam muito para mim, muito obrigada!

Chegar em outra cidade, outro estado, mais uma vez sem conhecer ninguém foi especialmente desafiador. Mas, ao entender que a maioria das minhas amizades também estava na mesma situação, foi muito mais fácil estabelecermos conexões que me salvaram durante três anos e meio – e espero que permaneçam para a vida. Em especial as pessoas do meu período, aquelas/es que caminharam comigo e foram fundamentais para meu crescimento como pessoa e jornalista. Só foi possível chegar até aqui graças aos nossos encontros, risadas, trabalhos em grupo e desabafos. Por isso agradeço Arthur, Júlia, Pedro (Juju), Gabriela e Gabriel, que se mantiveram firmes ao meu lado.

Agradeço, em especial, ao Gabriel, com quem troco tanto – não só sobre a faculdade, mas sobre a vida e suas complexidades. A gente tem um senso de humor parecido, somos cuidadosos e extrovertidos, e isso faz com que nosso laço de amizade se fortaleça a cada dia. Muito obrigada, meu querido, por todo apoio, companheirismo e todas as memórias maravilhosas que terei na UFOP graças a você.

Nossas mensagens sempre têm a ver com coincidências, números, músicas ou referências de podcasts. A gente fala sobre psicanálise, amor, gênero e tudo quanto é coisa que nos atravessa. Que sorte é poder encontrar e permanecer com Cleverton (ou CleCle) por esses anos. Dessa amizade e conversas infinitas nasceu também o projeto gráfico desse projeto, que reflete muito da minha personalidade, da sua e da nossa amizade. Muito obrigada, meu amigo, por um trabalho com tanto afinco, talento e detalhes que só nós sabemos. Trabalhar junto contigo é sempre maravilhoso, te admiro muito.

Quando o e-mail de aprovação no Ariadnes chegou liguei correndo para minha mãe, lá em 2023, para contar a boa nova, desde então esse grupo se tornou uma parte de mim. No primeiro momento fomos descobrindo juntas, eu e Ana (com orientação de Karina, sempre), como fazer e o que fazer no projeto. De lá para cá já foram mais de cinquenta textos, muitas risadas, afeto e gente maravilhosa na minha vida. Agradeço ao Ariadnes por me formar – em gênero, sexualidade e crítica de mídia – concomitantemente à minha formação na universidade. Agradeço por cada uma, Ana Luiza, Maria Clara, Gabriel, Sophia, Ana Beatriz, Malu, Giovanna e Karina – com quem dividi mais, produzi mais –, e também a Marcela, Mariana, Maria, Natalia e Rafaella. Vida longa a esse projeto lindo, que se estende como casa.

Agradeço à Karina, minha orientadora, com quem troquei tanto desde o segundo período da faculdade, pelo acolhimento, escuta e todos os aprendizados. Tenho de dizer que minha admiração comprehende vários aspectos; primeiro porque Karina é de longe como eu – geminiana também –, e isso nos afeta em conjunto, depois por todo o trabalho incansável e tão corajoso que ela faz (não só com o Ariadnes, mas em tudo que se propõe), por fim agradeço por sua gentileza e perspicácia enquanto pesquisadora, professora e jornalista que é. Muito obrigada! Se não tivéssemos tido esse encontro eu não seria essa Lia de hoje.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, que foi de “nunca tinha visto” para casa por três anos e meio muito intensos. Pelo ensino, pela qualidade e por uma formação que não teria em nenhuma outra instituição – sobretudo do afeto e proximidade. Acredito fielmente que estamos onde devemos estar, e desde 2022, eu estive na UFOP, e ela em mim. Acredito também numa educação que promove mudança, e isso essa universidade faz bem demais. Muito obrigada ao corpo docente do curso de Jornalismo, às pessoas que trabalham para manter a instituição em funcionamento e também a todas as pessoas que convivi durante esses anos.

Agradeço, por fim, a Mariana, cidade que me acolheu de braços abertos, que despertou meus melhores sentidos (e às vezes os piores). Minha prima Olívia, com quatro anos agora, certa vez me pediu para “mostrar Mariana” numa chamada de vídeo; mostrei a paisagem, a

janela do quarto. Entendi, com o passar do tempo, que essa cidade não se mostra, mas se vive e se constrói todos os dias. Agradeço por poder fazer um pouquinho parte dela, de cada cantinho ensolarado e brilhoso dessa cidade – e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), onde não perdia uma aula.

E se depois do fim eu ainda puder agradecer, agradeço a mim pela coragem e ousadia.

“Mas eu não quero cair

E não consigo voar”

(*Flor de Plástico*, Russo Passapusso)

Resumo

Este memorial apresenta as reflexões teóricas e bibliográficas que possibilitaram a realização do produto jornalístico “Manual de Cobertura Sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário – um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade”, trabalho para a Conclusão de Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Guiado pelos conceitos de violência de gênero e manuais de jornalismo, o manual apresenta uma série de dicas, contextualização sobre violência e especificidades do assunto. O memorial aqui apresentado, além de debater questões teóricas, ainda trata do processo de produção, com o diário de bordo e descrição do projeto gráfico.

Palavras-chave: manual de jornalismo; violência de gênero; ambiente universitário; cobertura jornalística; mídia.

Abstract

This memorial presents the theoretical and bibliographical reflections that enabled the accomplishment of the journalist product "Manual de Cobertura sobre Violências de Gênero no Ambiente Universitário – um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar a comunidade", a final project for the Bachelor's Degree in Journalism at the Federal University of Ouro Preto (UFOP). Guided by the concepts of gender-based violence and journalism manuals, the guide offers a serie of tips, contextualization on violence and also specific aspects of the topic. The memorial presented here not only discusses theoretical questions, but also addresses the production process, with a logbook and description of the graphic design project.

Keywords: journalism manual; gender violence; university environment; journalistic coverage; media.

Lista de Figuras

Figura 1 - captura de tela do Guia da Educação Midiática do Educamídia.....	50
Figura 2 - captura de tela do Minimanual do Jornalismo Humanizado - Violência Contra a Mulher do Portal Think Olga.....	51
Figura 3 - borracha azul e vermelha.....	52
Figura 4 - paleta de cores.....	53

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1: Violência.....	17
1.1 Violência de gênero.....	19
1.2 Violência de gênero no ambiente universitário.....	23
Capítulo 2: Manuais de Jornalismo.....	34
2.1 A dimensão da educação midiática de um manual.....	42
Sumário do Manual.....	46
Projeto gráfico.....	50
Diário de bordo.....	55
Parte 1: da ideia inicial ao projeto.....	55
Parte 2: a execução do projeto.....	57
Parte 3: o início do final da graduação.....	58
Parte 4: números pares me parecem melhor.....	59
Considerações finais.....	61
Referências bibliográficas.....	63

Introdução

A violência de gênero é um exercício contínuo do poder patriarcal presente na sociedade, que constitui e fortalece estruturas nocivas desde o princípio de nossa existência enquanto mulheres. O conceito de gênero, no entanto, não abarca somente a experiência feminina, mas também a masculina, sendo uma construção social (Saffioti, 2015), ou seja, que se estrutura a partir das vivências, entre outros fatores que perpassam essa definição.

No entanto, a construção socio histórica feminina possui diferenças fundamentais. O feminino hegemônico é construído para ser dócil, cortês, possui corpo e mente educadas para servir – ainda que outras mulheres, como negras e indígenas, não sejam lidas dessa maneira, e sim como objetos sexuais, corpos dedicados apenas ao trabalho braçal, entre outros estigmas. O masculino hegemônico, por outro lado, é aventureiro, livre para realizar suas atividades e mais, explorar e dominar as mulheres. A ideia de disciplinamento dos corpos, ou as “pedagogias da sexualidade” (Louro, 2018), consiste no que pode ser chamado de “manual” ou “regras” de como devemos nos comportar acerca de identidades de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros aspectos – como padrões corporais do que é tido como “normal”/desejável, ou seja, pessoas com e sem deficiência, gordas e magras.

Existem modelos de performatividade como esses na educação, publicidade, mídia, ficção e, em quase tudo que pode-se pensar, o gênero está sendo construído (e desconstruído) de alguma maneira. Esses padrões são diferentes e transitórios de cultura para cultura; no Brasil – como um país ligado aos ideais ocidentais – o considerado “modelo padrão” é o homem branco hétero cisgênero e tudo inserido nessa marca de identidade normativa. Ou seja, este homem será detentor dos privilégios de gênero, raça e sexualidade, logo, está acima na hierarquia que vou descrever adiante.

Partindo para o ambiente educacional, que é um dos pontos de partida deste projeto, além de reforçar os parâmetros formadores, este também constitui um lugar onde violências são perpetradas, justamente pela forma com que o poder circula nas instituições. Mais uma vez concentrado, majoritariamente, nas mãos de um só grupo. As universidades, em específico, tornam-se espaços propícios para violações dos nossos direitos e individualidades, pois um grande número de denúncias¹ acontece, mas nem sempre têm a punição devida (até mesmo qualquer punição) ou sentimento de justiça feita.

¹ Número de denúncias nas universidades lideram o ranking de instituições públicas. Disponível em: Painel da CGU registra este ano 571 denúncias de assédio sexual | Agência Brasil. Acesso em: 07 jan. 2025.

A partir da observação, implicação nesses debates de gênero e violência e da participação no Projeto *Ariadnes*² – que atua como um observatório de mídia, em interface com gênero, sexualidade, infância e violência –, desenvolvi ao longo de minha trajetória acadêmica o desejo por mudança do que nos acostumamos e naturalizamos no dia a dia violento para as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e população negra, principalmente. No entanto, é um exercício constante considerar outros grupos que não possuem ao menos visibilidade em situações de violência, como capacitismo, etarismo e classicismo.

Foi junto à equipe do *Ariadnes* que aprendi e intensifiquei os debates acerca dos temas anteriormente citados e pude conhecer as facetas diversas da violência de gênero – não só no ambiente universitário, mas principalmente. Além disso, pude aprofundar minhas leituras sobre feminismos, violências e gênero, o que me formou não somente como jornalista, mas também como pesquisadora com olhar crítico e apurado para esses temas. O projeto também realiza escuta e acolhimento de pessoas que sofreram violações, o que possibilitou contato direto com dois pontos: 1) a invisibilidade e (des)importância dedicados aos casos; e 2) como as estruturas de poder colocam-se de maneiras profundamente brutais mesmo em espaços que se dizem igualitários.

Neste momento, com um olhar mais treinado e direcionado, foi possível enxergar caminhos possíveis, tal como a formulação de um manual para tratar disso. Além disso, o exercício de observar o ambiente no qual estou inserida – a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) –, que é constituída por uma cultura republicana³ intensa, me possibilitou entender como algumas dessas situações estão enraizadas e têm a capacidade de se infiltrar na vida das pessoas de maneiras nocivas.

Tendo como norte o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989), que entende um conjunto de categorias operando juntas na manutenção das opressões – como preconceito de classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras –, podemos analisar com profundidade e complexidade uma série de acontecimentos. Além disso, tendo como princípio o poder transformador da educação, em que o pensamento crítico nos auxilia na construção de condições melhores, ela pode atuar como agente revolucionário ao mudar a perspectiva em busca de justiça.

Dessa forma, a elaboração de um “Manual de Cobertura Sobre Violências de Gênero no Ambiente Universitário” se projeta como um guia para profissionais, estudantes e para o

² Todas as publicações e conteúdos estão disponíveis em <https://ariadnes.org/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

³ Republicana aqui diz respeito à presença e tradição de muitas casas compartilhadas por estudantes, chamadas de república.

público do jornalismo, de maneira a capacitar a produção e o consumo cidadãos e críticos. Desenvolver estratégias para uma comunicação informada e ética sobre o assunto e reunir diversos pontos importantes, até mesmo técnicos, é contribuir não somente para a visibilidade, mas também para um compromisso com a alteração do jornalismo que é produzido hoje.

Segundo Machado (2007), a função de um manual de jornalismo pode ser, em linhas gerais, repassar conhecimentos específicos, normas e, principalmente, incitar reflexões sobre determinado assunto. Um manual de jornalismo pode ainda, de acordo com o autor, apresentar novas maneiras de realizar as mesmas atividades, mas a partir de uma metodologia diferente de acordo com as diversas modalidades de uma prática profissional (2007, p. 9). Minha base é a educação midiática, “que reúne competências para acessar e analisar de forma crítica, produzir conteúdos com responsabilidade e participar de maneira mais consciente e equilibrada do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos⁴”.

O objetivo deste projeto é fazer com que jornalistas e estudantes de jornalismo enxerguem as violências de gênero e sexualidade no ambiente universitário de maneira crítica e produzam informação jornalística – sejam matérias, cartilhas, reportagens, podcasts ou mesas de debate sobre, entre outros formatos –, de modo que o tema seja abordado em profundidade, com ética e calcado no respeito aos direitos humanos.

Para a comunidade, a finalidade é fazer com que as pessoas reconheçam uma cobertura midiática bem feita ou problematizem/tensionem aquela em que faltam dados, em que a pessoa assediada foi responsabilizada ou qualquer outro problema de apuração identificado. E possam, dessa forma, utilizar de seu poder cidadão para questionar os veículos e melhorar a qualidade do jornalismo produzido. É a crítica de mídia feminista (Barbosa, 2025) sendo colocada em prática. Ademais, tem ainda a função de explicar termos mais técnicos e até conceitos, para que assim dê a dimensão de serviço àquela pessoa, que antes não sabia como caracterizar uma violência, mas agora consegue fazê-la.

Para isso, vou, a cada capítulo do Manual, explicar termos técnicos (como os Processos Administrativos Disciplinares - PADs), inserir exemplos do que deve ser feito, do que não deve ser feito e também do que poderia ter sido feito mas não foi. Não somente para ensinar, mas também para incitar a curiosidade por uma cobertura qualificada e diferente da que estamos habituadas. Uma vez que o material jornalístico produzido sobre violência de

⁴ Definição do portal Educamídia, programa que capacita professores e organizações de ensino e engaja a comunidade no processo da educação midiática. Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 07 jan. 2025.

gênero no âmbito universitário fica ora declaratório – utilizando apenas notas e declarações da instituição –, ora procurando os acusados para defesa, mas não quem sofreu as violências, entre outros problemas.

No primeiro capítulo, vou discutir os conceitos de violência, seguindo pelo caminho desenvolvido por Saffioti (2015), Leal (2020) e Butler (2015), para encontrar pistas de quais vidas estão mais sujeitas às violações. A partir disso, foi possível chegar até o conceito de violência de gênero, no qual entende-se que mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e negras⁵, por exemplo, são especialmente vulnerabilizadas por condições sociais. Por isso, são alvos de mais violações, seja por estruturas de poder consolidadas anteriormente, ou mesmo por falta de compreensão e ações transformadoras.

Ainda neste capítulo, trago a contextualização da violência de gênero no ambiente universitário, pensando na territorialidade de Mariana, da UFOP, mas também num âmbito geral, questionando a forma com que ela é inserida no cotidiano e ainda sim fica escamoteada na estrutura das instituições e na cobertura midiática. Almeida e Zanello (2022) vão caracterizar também o “ambiente universitário” para além dos muros da universidade, alertando para o fato de que é preciso considerar diversos fatores para o combate, prevenção e eliminação dessas violências.

No segundo capítulo, vou descrever e ampliar as discussões sobre a função de um Manual de Cobertura, de acordo com Machado (2007) e Caprino (2002), para falar do costume pouco difundido no Brasil da elaboração desses materiais – apesar de observar uma maior produção de manuais nos últimos anos. Além disso, vou discutir o papel de um material como esse na formação e incitação de debates importantes para o jornalismo brasileiro, a fim de inserir temas fundamentais nas pautas da comunicação com base em informações e conceitos especializados.

Há ainda a discussão acerca da “educação midiática”, citada anteriormente, que serve aos jornalistas e estudantes, mas principalmente, à comunidade, que poderá compreender mais detalhadamente sobre como a apuração e abordagem do tema pode mudar completamente. É preciso saber ler a mídia, para além das letras e palavras, mas nas mensagens que ela está transmitindo, e assim é possível também criticar, apontar erros e mirar em novas possibilidades.

⁵ Ainda que outras pessoas e grupos socialmente minorizados também ocupem esses lugares de violência e ausência de direitos, as três categorias que explicito aqui (e também em outras partes do texto) são as mais exploradas em nível de dados disponíveis. No entanto, é preciso pensar para além disso, como pessoas pobres; com deficiência; indígenas; gordas, entre outras, são (ou não) visibilizadas e como promover estratégias de enfrentamento a essas violações.

No diário de bordo, que está dividido no que vou chamar de “partes”, descrevo minha trajetória como estudante, minhas implicações e os caminhos que percorri até me encontrar neste produto. Separei por “partes” pois entendo que tudo dito ali, mas também tudo que veio antes, me auxiliou e formou enquanto pessoa, porém, não é o todo, são fragmentos do processo. Há muito da minha experiência e subjetividade que não está – e nem pretende ser – contemplada por este diário, mas sim um recorte de partes necessárias para compor este trabalho.

Capítulo 1: Violência

Pensar sobre o conceito de violência pode ter algumas facetas, como as mais literais, em que uma pessoa utiliza-se de força física/de utensílios para ferir o corpo de outra ou a si mesmo; ou outras maneiras, como a psicológica, simbólica, patrimonial, entre outras, que machucam sem a necessidade de marcar a pele. Em linhas gerais, ela é sempre instrumental, utilizando-se não apenas de objetos, mas de palavras, imagens, atos. Para Saffioti (2015, p. 18), “trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Dessa forma, ela pode assumir diferentes formatos, atingir pessoas diversas e de distintas maneiras, o que nos leva a um desafio deste conceito, que torna-se transitório de acordo com as culturas, regiões, entre outros fatores. Uma situação que pode representar extrema violência para uma pessoa pode não representar para outra, como: para acessar um tratamento de saúde pública uma pessoa precisa chegar três horas antes do início do atendimento para conseguir dar entrada e considerar ótimo ser consultada gratuitamente. Por outro lado, alguém pode achar completamente absurdo aguardar tanto tempo, e mais, considerar isso uma legítima violência. Ou seja, quando essa noção ganha uma esfera individual, isso dificulta refletir sobre uma ideia sólida, por esse motivo é preciso partir do individual para compreender o todo.

Considerando isso, Saffioti (2015) vai trabalhar na perspectiva dos direitos humanos, em que “os agenciamentos capazes de violá-los serão considerados violências”. No entanto, uma vez que esses direitos são mais efetivos para grupos específicos da sociedade, em detrimento de outros, é preciso alcançar e refletir sobre esses grupos “outros”. Nesse caso, mulheres, pessoas pretas, pessoas LGBTQIAPN+, por exemplo, ocupam o lugar desse “outro” e precisam de uma visão mais aprofundada para entender suas complexidades. Gomes Barbosa (no prelo) resume de maneira assertiva o conceito:

Entendo violência, aqui, ontologicamente como tudo que causa uma ruptura na integridade do sujeito, e politicamente, em diálogo com Helelith Saffioti (2015) e Hannah Arendt (2022), como qualquer agenciamento capaz de violar um direito humano, cometido por meio de um instrumento – que pode ser o corpo, a voz, uma arma – contra um sujeito. Nessa linha, Butler (2020, p. 49) pensa a violência como “uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro”. Nos casos de violências de gênero, há ainda a dimensão estrutural do patriarcado, que considera corpos de meninas e mulheres territórios sob posse e controle dos homens (Segato, 2016), sempre à disposição da disciplina e correção caso tentem desafiar essa posse de algum modo (Gomes Barbosa, no prelo).

É interessante pensar nos direitos sempre moldados a partir de uma figura em comum, o homem branco cisgênero hétero e sem deficiência, já que essas pessoas seriam responsáveis por “gerir” o mundo, com o aspecto do poder incluso. No entanto, os Direitos Humanos são – ou deveriam ser – compreendidos como intrínsecos a todos os seres humanos, para proteger sua dignidade e, dessa maneira, precisam ser garantidos e não apenas “concedidos” pelo Estado (Afonso, 2011). Por essa razão, é possível tensionar o significado dessas garantias, pensando em quem é, de fato, contemplado, e qual(is) grupo(s) tornam-se vulneráveis em relação a este conceito.

A vulnerabilidade, neste caso, trata-se de um lugar complexo, que pode variar de acordo com as dinâmicas de poder, com relações violentas ou mesmo noções de perda ou falta. O termo pode ser inserido em lutas reivindicatórias ou ainda como ataque e ameaça em relação a determinados grupos sociais. Em termos gerais, nos leva a entender os seres humanos enquanto “frágeis” e vulneráveis ontologicamente⁶, já que estamos sujeitas às mais diversas situações (Leal, 2020, p. 33). Porém, é preciso reconhecer quais são os grupos mais sujeitos a essas vulnerabilidades, que estão nas extremidades, como classifica Bruno Leal:

Para além de uma dimensão ontológica, a vulnerabilidade está associada aos limites à autonomia e à dignidade de certas populações, adquirindo, em diferentes trabalhos, tanto a feição de um fenômeno a ser descrito (acerca do que precariza as vidas de grupos e indivíduos), quanto uma dimensão política, de combate a essas condições. Assim, a vulnerabilidade adquire um caráter relacional e dinâmico, no interior das realidades histórico-sociais. Alguns grupos e indivíduos, quando em relação com outros, tornam-se vulneráveis em função das dinâmicas de poder que os inferiorizam socialmente. É esse o caso das mulheres, pessoas LGBTQI+, afrodescendentes e imigrantes em sociedades patriarciais e machistas, heterocêntricas, de tradição escravocrata, etnocêntrica e/ou xenófoba. (Leal, 2020, p. 33).

Dessa maneira, este conceito coloca-se de forma mais precisa, para dar luz àquelas com pouco – ou nenhum – poder de agenciamento, que são colocadas em posições de violência constantemente e retiradas de seus direitos. Aqui, vamos nos aprofundar nas mulheres, que são reiteradamente legitimadas pela sociedade neste local de dominação-exploração (Saffioti, 2015).

Judith Butler (2015) também vai trabalhar com o conceito “vidas vulneráveis” ou “precárias”, pensando nesses corpos e identidades que não são legitimadas como “merecedoras de luto e proteção” (2015, p. 67) ou mesmo comoção por parte da mídia e das pessoas ao redor. O que nos faz pensar no poder dos canais de informação – e do jornalismo

⁶ Possíveis de serem analisados, como um estudo da natureza da realidade e da existência.

como um todo – de um enquadramento pouco ético e que não realize o (re)conhecimento citado pela autora. No entanto, é importante fazer recortes, como proposto por Leal (2020), de classe, raça, gênero, sexualidade, entre outros, e a própria Butler, quando afirma “se a violência for perpetrada por grupos insurgentes considerados ilegítimos, nossa comoção invariavelmente muda” (2015, p. 68).

1.1 Violência de gênero

Para chegar até a violência de gênero é preciso dar um passo atrás e entender qual é a concepção de gênero está sendo utilizada. De acordo com Almeida (2020), gênero é tudo que nos constitui, nossas experiências, contextos de vida – considerando outros fatores como classe, raça, sexualidade, por exemplo. Sendo assim, é preciso desnaturalizar a noção biológica que “formaria” o gênero, já que ele é constituído não a partir de uma genitália que marca o corpo, mas sim de uma maneira de se colocar – e ser colocada – no mundo (Almeida, 2020) e das subjetividades de cada ser.

A autora vai dialogar com obras de estudiosas do tema, como Judith Butler; Donna Haraway; Joan Scott; Gayle Rubin; entre outras, que vão trazer uma perspectiva em comum: o gênero é impresso e vivenciado por todas as pessoas, é fruto dos processos culturais e da vida social na qual estamos inseridas. Mais do que isso, elas vão tensionar as próprias noções de uma “base natural”, pois o feminino e masculino já são produtos de uma construção simbólica muito presente e, claro, que se difere de acordo com cada cultura, ou região do mundo. Sendo assim: onde nasce o “natural”, ou mesmo, o que é esse suposto “natural”?

A ideia reforçada pela autora é de que os aspectos culturais e sociais irão compor o que entendemos como gênero e, mais do que isso, vão produzir e reproduzir preconceitos e desigualdades de diferentes maneiras, fazendo com que o poder circule de formas específicas – na maioria das vezes, entre figuras masculinas. Dessa forma, o dito natural é transitório para cada pessoa e situação, podendo existir sociedades em que as mulheres são reconhecidas enquanto competitivas e mais agressivas, enquanto os homens como afetivos (Mead, 1999 apud Almeida, 2020). No entanto, o que enxergamos e vivenciamos como realidade são os moldes patriarcais de poder e violência sobre as figuras femininas, da sociedade falocêntrica e baseada nas desigualdades entre as duas classificações.

É preciso deixar claro que este termo abarca as relações de maneira ampla, não apenas as mulheres, mas também homens e pessoas que não se reconhecem dentro do sistema binário que vivemos, ou seja, trata da produção de sentidos que são “social e historicamente variáveis, que constrangem as possibilidades de identificação e construção dos sujeitos, e sentidos que

também circulam socialmente de modos desiguais” (Almeida, 2020, p. 38-39). Porém, o termo passa por diferentes processos de disputas, sejam políticas, linguísticas, ou ainda entre outras áreas, como a psicologia, semiótica, etc. Por isso, é importante ter em mente as diferentes possibilidades de vivenciar o gênero, ainda que ele esteja e seja componente inerente de nós mesmas. Como destaca Almeida:

Todo o seu ponto é mostrar que a diferença entre homens e mulheres não vem da natureza, mas do arranjo gerado na fundação da cultura. Argumenta que gênero e sexualidade devem ser pensados em interação, sugerindo que é o próprio arranjo do parentesco e sua divisão sexual do trabalho que produz socialmente o gênero, uma vez que por meio do casamento se institui a diferença entre homens e mulheres. (Almeida, 2020, p. 37).

Tal posição colocada por Almeida nos leva a outro ponto, as relações de casamento e trabalho, que vão apresentar e reforçar o gênero de maneiras ainda mais violentas. Para adentrar mais nesse aspecto, é preciso ter em vista o modo de reprodução desse sistema, que antes mesmo de nossa formação atua de forma incessante, com a pressuposição da heterossexualidade e o que Gayle Rubin (1993) vai chamar de “troca de mulheres”. Ela vai pensar neste conceito enquanto os casamentos arranjados por famílias, para perpetuar e trocar suas riquezas e propriedades – e, claro, com o intuito de reproduzir descendentes para dar continuidade. Algo que está implícito nessas relações é a sexualidade das mulheres envolvidas, ou seja, elas só poderiam ser hétero (claro), alimentando o desejo por homens.

Dessa forma, pode-se entender uma das estruturas fundamentais para compor a ideia de gênero: o controle e poder sobre os corpos, sexualidades e subjetividades das mulheres, que, por sua vez, reforçam o poder do macho dentro da sociedade patriarcal. Visto que, segundo Saffioti (2015, p. 128 e 129), “os seres humanos passam a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto tudo foi crucial para estabelecer entre homens e mulheres relações de dominação e exploração”. Fazendo com que um modo de vida com base no controle e medo, justamente o que nos faz alcançar a noção de violência – em que a experiência das mulheres é continuamente forjada.

Saffioti (2015) reforça ainda que esse modelo no qual estamos inseridas, o patriarcado, está servindo a interesses de classes dominantes, ele não é “somente” um preconceito, mas uma forma e poder de agir legitimada por ele:

No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. Em outras palavras, os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes

permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo. (Saffioti, 2015, p. 131).

Realizando constantemente a inflexão de classe, raça e sexualidade, é importante observar como essas opressões funcionam e caminham juntas, fazendo com que mulheres negras pobres, por exemplo, ocupem posições de mais violência quando comparadas com brancas abastadas. Estes fatores tornam-se essenciais para situar como os preconceitos se corporificam, ou seja, se manifestam no corpo de quem é atingida por ele, ganham materialidade. Continuando no mesmo exemplo com base em raça e gênero – Saffioti vai defender que sexismo e racismo nascem juntos, no mesmo momento histórico –, o lugar desempenhado por mulheres negras quando seu povo era conquistado:

eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reproduutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. (Saffioti, 2015, p. 133).

Sendo assim, a violência permeia a experiência feminina desde os princípios, ainda contendo diferenças de períodos históricos e tendo vetores diversos para sua propagação. Além disso, é legitimada e reforçada pela mídia, cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas críticas (Lauretis, 1987, p. IX apud Saffioti, 2015, p. 148). Por conseguinte, é necessário tensionar e desnaturalizar esses comportamentos, para que possamos enxergar um distanciamento entre as relações de gênero e violência, e para que tenhamos novas possibilidades.

Da perspectiva aqui assumida, o gênero é constitutivo das relações sociais, como afirma Scott (1983, 1988), da mesma forma que a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2001), ainda em curso. Na ordem falocrática, o gênero, informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as duas categorias de sexo e até pela lógica da complementaridade (Badinter, 1986) traz a violência em seu cerne. (Saffioti, 2015, p. 146).

Mendonça vai trabalhar com a ideia de que “ao relacionar a vida biológica aos estratagemas da vida política, o poder soberano passa a regular os corpos, a saúde, as sexualidades, os desejos, as forças produtivas e as relações de trabalho” (2018, p. 8). É possível fazer a relação entre essas figuras de poder soberano, que obtêm controle sobre os demais corpos, com o sistema que vamos entender como patriarcado. Neste caminho, pensar também sobre os agenciamentos de violência e estados das vidas que são minorizadas e vulnerabilizadas em decorrência dessas estruturas.

[...] pensamos o poder soberano não como uma entidade, instituição ou sujeito. Preferimos abordá-lo como um conjunto de forças que atua por inclusão/exclusão de formas de vidas. A atuação por exclusão coloca em condição de “vida nua” uma parcela considerável da população. Queremos dizer que para certas formas de vida as mazelas do estado de exceção são algo permanente. As vivências abrigadas sob os limites da “vida nua” são aquelas excluídas da ordenação jurídica e regularmente punidas por não se submeterem às ordenanças do poder. Todos nascemos sob a vigência da lei. Porém, a lei não acolhe a todos da mesma maneira. Aqueles que por razões várias deixam de ser acolhidos pela lei, deixam também sua condição humana para se tornarem “vida nua”. A “vida nua” é uma experiência do viver submetido às forças do estado de exceção. (Mendonça, 2018, p. 9).

O autor vai enfatizar ainda o papel dessas normas e violências que forjam a existência de determinados grupos sociais, de acordo com gênero, sexualidade, raça e classe – que já foi discutido anteriormente. Mendonça, a partir de considerações de Butler, afirma:

Se por um lado a vida se recria na resistência, por outro lado a norma também se atualiza diante do ato resistente. A norma não é estável e/ou imutável. Se a norma se atualiza, ela atualizará à mesma medida a materialidade conformadora dos corpos. O poder regulador atua performativamente sobre o sexo. (Mendonça, 2018, p. 9-10).

Dessa maneira, pode-se identificar dois alertas subscritos no texto – interpretados de maneira pessoal –; a mensagem existente por trás dessa atualização da norma, de forma que nunca é possível chegar em um lugar de equilíbrio, pois as opressões costumam andar à frente (justamente para que não seja possível adaptar-se) e mais, essas “atualizações” querem nos dizer alguma coisa, têm uma mensagem implícita – ou mesmo bastante explícita – sobre como as coisas “devem” ser, seguindo uma ordem patriarcal, misógina, classista, racista, etc.

Rita Segato (2003) nos traz conceitos interessantes quando reconhece as violências como um enunciado, ou seja, uma mensagem para além do ato – e, inclusive, um discurso, para mais de um grupo, incluindo outras mulheres e os demais homens. Funciona como um recado; mulheres devem respeitar a vontade dos homens; e homens – ou seu conjunto, representado pelo que a autora chama de “confrarias” –, vejam como é possível reforçar nossa masculinidade, nosso poder.

O sistema hierárquico de status, inaugurado pelo “sistema de gênero” colocado pelo patriarcado, possuiria uma série de características que definiriam a relação entre masculinidade e violência. Em primeiro lugar, a própria inauguração do sistema de status partiria da violência masculinizada em direção ao corpo da mulher (ou aquele marcado pela feminilidade), objetificando-o, acumulando-o, trocando-o, controlando sua circulação, estuprando-o e assassinando-o como demonstração de poder, como castigo e moralização, como marcas de disputas bélicas. Seria apenas com a violência em direção aos corpos feminilizados que a usurpação de certo poder e a marcação de um valor maior ao corpo da masculinidade que o sistema de status poderia e pode se manter (SEGATO, 2003) (Oliveira, Camargo, 2021, p. 117177).

Essa forma de exercer o controle, e também as violências, é o que Segato (2003) vai chamar de “mandatos de masculinidade”, no qual o grupo de machos vai se colocar – e ser legitimado pelo modelo de sociedade patriarcal na qual vivemos – como perpetrador de diversas violações, desde as simbólicas, até as mais brutais, como o feminicídio. As mulheres – e outros corpos feminilizados ou considerados fora da norma cisheteronormativa –, por outro lado, são enxergadas como território a ser conquistado, local de posse e troca.

Em seguida, o status da masculinidade instauraria entre os homens uma competição e a constante ameaça de serem rebaixados a um status inferior ao da própria masculinidade. Numa complexa trama de aliança e competição, os homens usurpariam simbolicamente o poder do corpo social das mulheres, ao mesmo tempo que estariam competindo entre si e tendo que provar da própria masculinidade a todo momento, para não serem rebaixados ao status inferior. Dessa maneira, os atributos de força, violência, crueldade, indiferença e resistência à dor já se instaurariam como características perpetuamente demandadas dos circuitos das masculinidades. (Oliveira, Camargo, 2021, p. 117177).

Sendo assim, é preciso tensionar a maneira como esse sistema se manifesta e promover um estranhamento com noções já consolidadas, para que o “lugar feminino” não tenha a violência como ponto de partida.

1.2 Violência de gênero no ambiente universitário

Uma vez que entende-se a estrutura básica da violência de gênero, como ela se manifesta e funciona no mundo, podemos chegar ao ponto central deste trabalho: as violências no ambiente universitário – ou educacional. Assim como em outras esferas, as instituições públicas⁷ – das quais estou, exclusivamente, tratando aqui – também reproduzem violências e, claro, refletem uma organização correspondente ao sistema que já observamos no exterior de suas dependências, o patriarcado.

Por mais que esses lugares tenham o intuito de produzir conhecimento e propor novas alternativas para solucionar problemas, alterar realidades e ampliar a consciência de quem ali estuda, é preciso ter em mente a constituição de um ambiente extremamente masculino, branco e cisheteronormativo nos princípios das universidades – ainda com reflexos dessa composição hoje nos cargos mais altos⁸. Uma vez que as mulheres, por exemplo, não

⁷ Vale dizer que neste produto trato do ambiente educacional público, com universidades federais, institutos federais e demais aparatos. Nem todo âmbito, no entanto, é público, como sabemos, porém as maneiras com que se desdobram nesses locais é diferente.

⁸ Ainda que as mulheres representem 59% no números de matrículas na educação superior, esse índice cai para 47,6% no corpo docente – isso de acordo com os dados do Censo de Educação Superior de 2023 –, demonstrando, assim, uma aproximação dos números, mas ainda não o suficiente na representação em cargos mais altos como reitoria e diretoria, representando 22,39% e 32,84% respectivamente, segundo análise do ano de

poderiam acessar o ensino superior por muito tempo – não somente no Brasil, mas no mundo –, ocorre o desenvolvimento de um local onde a ordem e a construção dos saberes é exclusivamente dos machos.

No entanto, quando observamos os dados sobre mulheres negras nas Instituições de Ensino Superior (IES), elas ainda ficam sub representadas nos cargos mais altos, indicando uma mesma lógica do mundo do trabalho. Na pesquisa realizada por Marques (2023) entre os anos de 2010 até 2019, é possível observar diferenças fundamentais no perfil dos docentes, em que um modelo de pirâmide pode ser elaborado, com as mulheres negras de baixa renda na base e homens brancos de classes mais altas no topo – o que tensiona ainda mais esse debate, pois tal estrutura não pode mais ser aceita. Logo, fica indissociável a composição original dessas universidades, que reproduz preconceitos e violências múltiplas.

Conforme apontado por Carrascosa apud Dantas (2018), a estrutura étnico-racial da universidade continua sendo predominantemente composta por homens brancos no topo da pirâmide, seguidos pelo corpo docente majoritariamente branco, técnicos administrativos com composição étnico-racial híbrida e, por fim, o corpo discente que tem visto um aumento na representação de estudantes negros desde a implementação de políticas de cotas. Na base da pirâmide universitária estão os terceirizados, predominantemente mulheres negras e de baixa renda. (Marques, 2023, p. 20).

É fundamental reconhecer que, para além de preconceitos e pontos de vista androcêntricos⁹ no ensino e práticas universitárias, são estabelecidas relações de hierarquia, que podem ser: entre professores e alunas/os/es; entre professores e professoras; entre professores e técnicas/os/es administrativas/os/es e terceirizadas/os/es; entre alunos e alunas/es; entre técnicos administrativos e alunas/os/es; além de outras ligações estabelecidas. Ou seja, somam-se fatores para o acontecimento dessas violações, visto que não é “apenas” a figura de um homem, mas um homem com nível de poder maior sobre as outras pessoas – em que ele decide quem é aprovado/quem não é, por exemplo. Almeida e Zanello (2022) descrevem o ambiente universitário como:

De fato, a universidade é um ambiente rico e potente na produção do conhecimento, formação profissional, debates, desenvolvimento de diretrizes de vanguarda à educação e à cidadania, mas é também um ambiente desigual, inseguro, coercitivo e intimidador às mulheres em geral, a começar por nem sempre nos vermos consideradas como pertencentes a suas posições de destaque e prestígio, às imagens difundidas dos cientistas, ao seu cotidiano diante da ausência de creches, fraldários, moradia estudantil conjunta para crianças e banheiros inclusivos para todos. Afinal,

2020 em reitorias e vice-reitorias. Veja mais em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior#:~:text=Professoras%20e%20diretoras%20E2%80%93%20Em%202023,cerca%20de%20117%20mil.> e https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo23342_20201851.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

⁹ Trata-se da prática, consciente ou não, de colocar o ponto de vista masculino ao centro da cultura, história e percepções de mundo.

nosso nomes não estão estampados como fundadoras de saberes disciplinares, nossos primeiros nomes são omitidos em referências bibliográficas, onde figuramos pelos nomes de família, em geral oriundos da linhagem paterna, ou seja, nossos nomes e nomear nossas vivências desafiadoras e difíceis na academia soam dissonantes do que se entende o *lócus* do mérito, da razão e da genialidade pessoal, os quais seriam, por natureza no patriarcado, próprios aos homens (Almeida; Zanello, 2022, p. 20).

Sendo assim, um local que, idealmente, propaga conhecimento e práticas emancipadoras, também pode configurar aprisionamento, medo e insegurança para grupos já vulnerabilizados socialmente. Como mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, que representam os maiores índices de assédios (Brito, *et al*, 2022). Dessa maneira, grupos que já são vulnerabilizados na sociedade em geral também enfrentam esses desafios e violações no ambiente universitário – já que ele também faz parte dessa composição racista, machista, patriarcal, LGBTfóbica, etc.

Para além dos muros e salas da universidade, o ambiente configura-se como o contexto e a razão para estarmos/frequentarmos determinados locais e, por essa razão, conhecer e se relacionar com pessoas. Desse modo, é interessante pensar no ambiente universitário e/ou educacional como a cidade em que vivemos, os estabelecimentos que visitamos, os eventos que comparecemos, as companhias com quem andamos, entre outros; pois ali são também reiteradas nossas relações com a universidade e seus personagens.

Ainda que algumas de tais violências ocorram fora dos muros da instituição acadêmica, ao envolverem pessoas que passam a ter posições e papéis sociais definidos a partir de suas inserções nela em festas, trotes, bares etc., acabam sendo referenciadas e, muitas vezes, motivadas por suas relações estabelecidas no interior da comunidade universitária. Logo, trata-se de um espaço não só físico, mas emocional e simbólico de relações de poder, que se estende para outros espaços de sociabilidade em que os e as envolvidos/as se encontram direta ou indiretamente, a exemplo de um estudante ofender uma colega nas redes sociais. (Almeida; Zanello, 2022, p. xix e xx).

No contexto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no qual este trabalho se realiza, é importante citar as repúblicas estudantis, sejam federais ou particulares, pois muitas das violências ligadas à universidade se dão nesses ambientes. Ainda que não sejam inseridos estritamente nas propriedades da instituição – apesar de algumas casas serem de domínio público, por serem imóveis de posse da UFOP –, configuram vínculo direto, sendo assim impossível desassociar uma coisa da outra – as repúblicas estudantis apenas existem porque existe a universidade; é em torno dela que se organizam. Nas cidades de Mariana e Ouro Preto, onde resido e visito com alguma frequência, respectivamente, é possível observar como a cultura republicana domina nossa relação até mesmo com o território, pois o círculo social

fica quase que exclusivo da república (com casas “amigas” na qual é obrigatório participar dos eventos, por exemplo).

Para Rezende e Bravin (2023), o ambiente das repúblicas forma o que as autoras vão classificar como “bolha social”, na qual há um afastamento nítido da relação entre estudantes da UFOP que residem nessas casas e pessoas nascidas em Mariana e Ouro Preto. Além disso, o trabalho das autoras ainda reflete a criação de uma comunidade outra dentro dessas localidades, que seriam os espaços da instituição república, com maneiras próprias de organização e a descrição de funções. Desde elementos como hino, bandeira, casa, *rocks*, sociais, hierarquia e seleção (que aqui vou chamar de escolha), tudo isso impacta na construção de um ciclo próprio e exclusivo, no qual violências são normalizadas.

Não somente na UFOP, mas também outras cidades universitárias possuem as “tradições republicanas”, que são formadas por trotes, batalha (que seria o período de adaptação na casa e que a pessoa precisa “provar” que merece aquela vaga com base em tarefas desiguais e até mais pesadas em relação a quem já foi “escolhido”), entre outros aspectos. Neste trabalho, porém, parto de uma observação e experiências pessoais que compuseram minha trajetória em Mariana, e, claro, na universidade, por isso a ênfase maior nesta instituição e nas características aqui apresentadas.

A grande maioria das repúblicas¹⁰ são ou femininas ou masculinas, determinando por gênero quem pode ou não residir ali – além disso, é importante destacar que nem todas as casas aceitam pessoas trans, por exemplo, reforçando um modelo cismórfico de coletividade. Além disso, esses lugares possuem regimentos internos e, por isso, são “autogeridos”, ou seja, são os moradores mais velhos e os ex-alunos que tomam as decisões. As moradias federais, de propriedade pública, funcionam no mesmo sistema, ainda que tenham sido disciplinadas¹¹ através de um estatuto regido pela resolução N°1.540 aprovada pelo Conselho Universitário (CUNI) em 2013.

Como nos lembram Rezende e Bravin (2023), uma vez que esse ciclo inicia-se e fica consolidado como “tradição” fica difícil alterar a ordem das coisas, de forma que uma cultura machista, LGBTQIAPN+fóbica e racista, por exemplo – e excludente num geral, pois os

¹⁰ É importante destacar, porém, que os preços de moradia na região de Mariana e Ouro Preto são altos e, dessa forma, as repúblicas tornam-se possibilidades acessíveis e baratas para diversos públicos. Ainda que existam moradias da própria universidade, a relação entre vagas disponíveis e pessoas precisando ficar desigual, fazendo com que muitas e muitos tenham que recorrer a outras formas de abrigo – especialmente nos momentos iniciais da graduação, quando não conhecemos bem o território.

¹¹ Torna-se fundamental, porém, entender que o funcionamento das repúblicas federais deveria ser compartilhado com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), como está descrito na resolução do CUNI N° 1.540. No entanto, a prática mostra-se distante do que está dito, uma vez que, por exemplo, o critério socioeconômico não é levado em conta para a entrada de pessoas calouras, fazendo com que essas sejam excluídas de um lugar que lhes deveria ser de direito.

padrões citados anteriormente, do homem branco cishéteronormativo e sem deficiência, são perpetuados como o “topo”, o que é desejável –, é perpetuada. Nas casas femininas, também é possível observar um padrão aceito constantemente – da menina branca, hétero, cisgênero e sem deficiência. Em um relato anônimo sobre sua experiência em uma casa de Mariana, uma mulher relata a estrutura brutal na qual era submetida:

Mesmo com a maioria das pessoas na Universidade sendo branca, aqui em Mariana há diversidade. De qualquer forma, desde que cheguei deixei avisado que não queria permanecer morando em uma casa na qual eu fosse a única mulher negra. Disse isso mais de uma vez, várias vezes e não fui escutada. Tudo isso acabou me silenciando internamente também, que deixei de dar minha opinião em outras decisões. Parecia que eu não tinha voz. Após cinco períodos, nenhuma caloura negra “combinava com a casa” e alguma caloura branca, dentro do padrão de beleza, “era mais legal ou divertida”. Eu só enxerguei a dimensão de tudo quando uma dessas calouras começou a ter atitudes racistas e me tratava diferente das outras. Às vezes me ignorava e quem era cobrada de ir atrás de explicações era eu (Ariadnes, 2024).

Sendo assim, torna-se indispensável pensar não somente em gênero, mas também em raça, classe, deficiência, geração/idade, geolocalização, peso e sexualidade (Carrera, 2020) e como todos esses marcadores atuam nas vivências de diversas pessoas dentro e nos arredores da universidade – e também em como o jornalismo se coloca neste âmbito. Podemos pensar, por exemplo, como algumas tornam-se alvos mais recorrentes – como mulheres negras –, o que reforça uma estrutura anteriormente citada e reitera o conceito de interseccionalidade, originalmente cunhado pela professora e pesquisadora Kimberlé Crenshaw (1989), também estudado por Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez (2020), que “emerge como fundamento metodológico para dar visibilidade às opressões vividas por mulheres negras” (Carrera, 2020, p. 4).

Em linhas gerais, a ideia propõe considerar diversos eixos de subordinação, preconceitos, nos quais as pessoas são submetidas e, a partir disso, entender como esses marcadores sociais operam juntos para manutenção desse mesmo sistema. Além disso, é fundamental entender que não há uma hierarquia entre as opressões, ou mesmo “não busca identificar o sujeito que, de forma aditiva, reúne mais dinâmicas de subjugação” (Carrera, 2020, p. 5) e sim serve como uma maneira de compreender como as distintas opressões operam na experiência de cada um. E claro, como a comunicação lida com isso, como a autora descreve:

[...] o olhar da Comunicação pode ter como foco a “interseccionalidade representacional” (CRENSHAW, 1991, p. 1245), isto é, a construção cultural e os sentidos marginalizantes que circulam sobre estes sujeitos. Esses sentidos, inclusive, transcendem o campo midiático e operam no âmbito das relações sociais, até mesmo, acadêmicas, que também costumam compor objetos de estudo em comunicação. Espaços de construção científica, como as universidades e os lugares de debate sobre práticas educacionais, são importantes lugares de representação,

legitimização e invisibilização, carecendo de iniciativas teórico-metodológicas, como aquela representada pelo conceito de interseccionalidade, que retira autores e autoras das margens e reconhece sua intelectualidade (ANZALDÚA, 1987; HOOKS, 1995; GONZALEZ, 2018). (Carrera, 2020, p. 6).

Na esteira desse contexto, é preciso compreender de que maneira essas violências são enunciadas e construídas dentro da cobertura jornalística, justamente por termos de considerar as complexidades de cada pessoa, de cada situação. As situações de violência são múltiplas e afetam níveis diferentes para cada um, com intrincamentos únicos. Mas antes é preciso entendê-las em sua completude.

Entre as violências, uma das mais comuns é o assédio – seja ele moral ou sexual –, que por definição, tem a ver com a relação de hierarquia, em que alguém “superior” estaria abusando desse lugar para se aproveitar/tirar vantagem de outra pessoa. Ele pode acontecer de maneiras diferentes, sendo moral e sexual, ou em diversas esferas – no trabalho, na universidade, no estágio, etc. – já que “é possível que se verifique em outros ambientes, desde que o seu exercício esteja relacionado às relações de poder desenvolvidas na esfera profissional.”¹² Sendo assim, essas violações, que pertencem originalmente ao mundo do trabalho, devido ao vínculo empregatício que depende de uma estrutura de poder com pessoas em diferentes níveis, umas “maiores” e outras “menores”, alcança também outros ambientes, como o educacional.

Isso porque uma questão do terreno trabalhista se infiltra nas práticas educacionais e impõe condutas desta ordem para alunas/os/es, professores/as, técnicas/os/es administrativas/os/es, entre outras relações estabelecidas ali. Nunes (2016) auxilia na compreensão do porquê a universidade coloca-se como palco para tais atos:

Segundo Pires e Macêdo (2006) as organizações públicas são mais vulneráveis a interferências do poder político, uma vez que apesar de terem autonomia, as suas atividades, seus objetivos e ações são determinados pelo governo. Desta forma, a prestação de serviço à sociedade, muitas vezes é limitada devido à má gestão, a alta burocracia, a influência política e limitação dos recursos recebidos. Verifica-se assim, que as organizações públicas apresentam características básicas similares a outras organizações, acrescidas de apego às rotinas e regras, supervalorização da hierárquica, paternalismo nas relações, apego ao poder, e demais (PIRES; MACÉDO, 2006). (Nunes, 2016, p. 69).

Dessa forma, como descrito por Nunes (2016), uma cultura organizacional – conjunto de crenças e normas para o funcionamento de uma empresa – é colocada no setor público, e,

¹² Definição de assédio moral e a presença em diferentes espaços ligados à esfera profissional na “Cartilha Assédio Moral e Sexual”, elaborada pelo Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20sexual%20%C3%A9%20definido,216%2DA>. Acesso em: 16 fev. 2025.

por sua vez, também nas universidades, fazendo com que aspectos antes não vistos nestes locais, fossem introduzidos. Alguns deles são: “burocracia, hierarquia, autoritarismo/centralização, personalismo, malandragem (levar vantagem), concentração de poder, impunidade, postura de espectador, lealdade às pessoas, paternalismo, falta de planejamento e controle” (Nunes, 2016, p. 72). Sendo assim, entendemos que o modo de funcionamento dessas instituições apresenta dois pontos essenciais: a valorização das hierarquias e disparidades sociais refletidas em suas relações.

Nessa mesma linha de pensamento, Lisboa e Pereira (2024, p. 3) afirmam que “panos quentes queimam quem denuncia”, fazendo com que o movimento de contestar aqueles que estão acima, ainda que sejam criminosos, também vire-se contra as próprias vítimas desses crimes. Não somente isso, mas também destacam como toda estrutura de poder – machista, racista, patriarcal – age de forma contrária à defesa de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, negras e com deficiência.

Na perspectiva do enfrentamento à violência de gênero nas universidades, os panos quentes institucionalmente colocados para atenuar diversas situações de assédio acabam por figurativamente queimar as pessoas que denunciam, uma vez que verificamos diversas situações de revitimização de quem sofreu o assédio e também tentativas infundadas de responsabilização das pessoas que realizaram o acolhimento e deram andamento às denúncias (Lisboa; Pereira, 2024, p. 3).

As autoras chamam atenção para as “declarações não-performativas de diversidade” (Lisboa; Pereira, 2024, p. 5), na qual instituições se valem de discursos pró-diversidade, que se dizem a favor dos direitos de grupos vulnerabilizados socialmente. Porém, na prática, só valem como uma espécie de máscara, que encobre os violentadores, que, por sua vez, não se sentem responsáveis socialmente pela violência de gênero – e, claro, afirmando que “não são machistas”. Sendo assim, “nas palavras de Sara Ahmed (2004), são declarações não-performativas: elas não correspondem ao que dizem, criando falsos aliados” (Lisboa; Pereira, 2024, p. 5).

A cartilha “Assédio Moral e Sexual”, elaborada pelo Senado Federal no biênio 2017-2019, reforça o caráter coletivo dessas violências, que se manifestam contra grupos específicos: “práticas enraizadas num contexto social, econômico, organizacional e cultural mais vasto de desigualdades sociais, principalmente as relacionadas ao gênero e à raça” (Brasil, s/data) e, transborda o ambiente do trabalho, levando para vida, saúde e comunidade. Porém, algo que por vezes não fica explícito é a inserção dessas implicações também no ambiente educacional, seja entre funcionários ou entre estudantes.

Tendo colocado a associação entre universidade e assédios, é preciso entender como se dão e diferenciar seus tipos; há o assédio moral e o sexual, sendo o primeiro dependendo de

uma repetição para se configurar, e o segundo, em que existe a possibilidade de acontecer apenas uma vez para se enquadrar neste significado. O assédio moral apresenta-se por meio de gestos, palavras e atos contra uma pessoa e/ou um grupo de indivíduos, ao qual são direcionados, repetidas vezes, ações humilhantes, constrangedoras e degradantes, capazes de ferir a integridade física e psíquica, entre outros danos. Não há, na legislação brasileira, uma indicação específica¹³ sobre assédio moral no serviço público – há um Projeto de Lei¹⁴ (PL n. 4742) de 2001 que visa tipificar o crime no ambiente de trabalho, ele foi aprovado na câmara mas aguarda tramitação no senado –, no entanto, existem indicações para tratar as pessoas com “urbanidade”¹⁵, ou seja, com respeito e boas maneiras entre os cidadãos, de maneira civilizada. Ainda existem alternativas, de acordo com a cartilha do Senado Federal (s/data):

Embora não exista ainda legislação específica em nível federal, quem assedia pode ser responsabilizado nas esferas administrativa (infração disciplinar) ou trabalhista (arts. 482 e 483 da CLT), civil (danos morais e materiais) e criminal (dependendo do caso, os atos de violência poderão caracterizar crime de lesão corporal, crimes contra a honra, crime de racismo, ou outros). (Brasil, s/data, p. 13).

O assédio sexual caracteriza-se, de acordo com o artigo 216-A do Código Penal Brasileiro, como “constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Brasil, 2001). É importante ressaltar que, para configurar este tipo de assédio, trata-se de uma relação sem o consentimento por parte da pessoa assediada e, do outro lado, uma pessoa com objetivo de obter vantagem ou favores de caráter sexual. Porém, a relação de consentimento fica deturpada em relações de poder, porque como vamos consentir livremente se a hierarquia já está colocada e atravessa a relação? Deste modo, mesmo não querendo, como negar? – com a possibilidade, inclusive, de sofrer outros prejuízos de ordem acadêmica, por exemplo.

Da mesma maneira que o assédio moral, o sexual também é “representado” pela Lei n.8.112/90 nas instituições públicas, não tendo especificações sobre as condutas definidas. Por essa razão, a prevenção e combate a esses casos é ainda mais difícil, quando observamos

¹³ Na Lei n. 14.457/2022, sobre trabalho, está prevista “inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas”. Ou seja, apesar da interpretação inserir o assédio moral, ele não está colocado nominalmente. Confira a legislação completa em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14457.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

¹⁴Para conferir o projeto completo acesse: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=28692> Acesso em: 18 ago. 2025.

¹⁵ Isso de acordo com o artigo 116-XI, da Lei n. 8112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Confira a legislação completa em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 22 mar. 2025.

a falta de diretrizes claras diante de uma situação como essa. Nos casos em que as denúncias ocorrem e são instaurados Processos Administrativos Disciplinares (PADs), as pessoas são investigadas e punidas por “falta de urbanidade” – por conta do artigo 116-XI da Lei citada acima –, ou seja, quando não há uma tipificação para a conduta, isso também dificulta o processo de responsabilização.

A Lei n.14.557/22 indica um avanço, ainda que em passos lentos, no caminho para prevenção e mais visibilidade para casos de assédio, uma vez que as relações desiguais são reconhecidas no âmbito do trabalho. No texto da lei estão previstas ações de combate para o assédio sexual e outras violências sexuais, visando os prejuízos de quem as sofre. No entanto, esse mesmo processo de reconhecimento não é observado para o serviço público – na Lei n.8.112 –, uma vez que não é demarcada no conteúdo da legislação que gere esses ambientes, a discussão sobre quaisquer violências de gênero

Por essa razão, ainda observamos uma tímida representação e debate públicos em torno desses acontecimentos, sinalizando algumas lacunas essenciais para que haja mudança e mais, a dificuldade para identificar quando ocorrem esses crimes. Algumas outras situações acabam ficando ainda mais invisíveis, como estupros. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2015) denominada “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, 56% das mulheres já sofreram assédio sexual e 28% já sofreram violência sexual (estupro, tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar veterano).

No entanto, nos deparamos com um “pacto do silêncio”, como descrito por Heloísa Buarque de Almeida¹⁶ (2018), ou uma cultura do silenciamento, que coíbe e torna mais custosos os procedimentos de reconhecer e denunciar essas práticas. Além disso, ocorre um movimento de coerção, em que as mulheres, por estarem em posições de poder mais baixas, não relatam os casos com medo de represálias por parte do assediador. Os dados do Instituto Avon (2015) mostram que 63% das mulheres não reagem às situações de violência, intimidadas e receosas que seriam prejudicadas.

Na pesquisa realizada por Maria Cristina Cavaleiro (2024) na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) sobre as violências e assédios no âmbito universitário, os números são ainda maiores, em que 81% das estudantes afirmam que não

¹⁶ Heloísa descreve na reportagem de Giovanna Constanti (2018) casos de estupro na Universidade de São Paulo, em que existe um “pacto do silêncio” que protege e gera subnotificação nos casos dentro da universidade. Confira a reportagem completa em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-um-pacto-de-silencio-casos-de-estupro-na-usp-sao-subestimados/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

encaminham/denunciam os casos para algum órgão da universidade. Isso porque o receio e o medo tomam conta das situações, fazendo com que as pessoas que sofreram sejam colocadas no lugar de “inverso”, no qual poderiam ser julgadas e penalizadas por relatar. Cavaleiro (2024) elabora um gráfico nuvem em que as palavras em evidência são as mais repetidas durante os relatos, são elas: medo e vergonha. Os motivos para isso são múltiplos, mas, algo que se repete são as impressões de que quem denuncia fica “marcada”; vai ficar sozinha; a universidade não vai tomar nenhuma providência; o agressor vai se vingar; entre outros.

Isso denota que a própria estrutura que deveria acolher e promover mudança perpetua sentimentos de insegurança e receio, deixando a impressão de que são ineficazes na prevenção e na maneira de lidar com os casos. Não somente na instituição onde foi realizada a pesquisa, mas pode-se enxergar em muitas outras, deixando essas violências adentrar de forma contínua no dia a dia de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+.

Essas violências muitas vezes se manifestam por meio de bandos, de verdadeiras “máfias” masculinas (Segato, 2003) – ou, fazendo um cruzamento mais abrasileirado, uma milícia –, que usam desse lugar de destaque para colocar em exercício e evidência o poder que possuem. Além disso, a forma com que essas violências são perpetradas depende do silêncio, impunidade e de engrenagens que funcionam ao seu favor.

Uma observação que pude realizar durante a produção deste trabalho, junto à minha orientadora, foi a maior presença – tanto na mídia, quanto nas esferas institucionais – e debate sobre violência de gênero no ambiente universitário. Pode-se traçar, inclusive, um possível caminho para isso, que seria a maior visibilidade dos casos, como o de Boaventura Sousa Santos¹⁷; Silvio Almeida¹⁸, Alysson Mascaro¹⁹, entre outros dos últimos tempos e, portanto, maior reflexão sobre o assunto. Além disso, em março de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um relatório²⁰ para avaliar as práticas de combate e prevenção ao assédio em instituições de ensino, o que denota uma mudança – positiva, diga-se de passagem –, em relação à existência e inserção do tema nas pautas em geral.

¹⁷ Para conferir a cobertura completa acesse <https://apublica.org/2024/05/pesquisadoras-deixam-anonimato-e-contam-que-sofreram-assedio-de-boaventura-de-sousa-santos/#>. Acesso em: 16 mar. 2025.

¹⁸ Para conferir mais acesse <https://www.intercept.com.br/2024/09/10/ex-aluna-silvio-almeida-relata-ter-sido-assediada-banca-de-monografia/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

¹⁹ Ver mais em <https://www.intercept.com.br/2024/12/03/alunos-acusam-alysson-mascaro-assedio-abuso-sexual/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

²⁰ Para conferir mais sobre o relatório acesse <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-praticas-de-combate-ao-assedio-em-universidades-federais>. Acesso em: 16 mar. 2025.

No entanto, é importante dizer que os números que chegam até as pessoas responsáveis por instituir, monitorar e dar sequência aos Processos Administrativos Disciplinares (PADs), representam apenas 10% dos casos (Brito, *et al*, 2022), o que revela um índice de subnotificação preocupante (não há dados para instituições privadas). Podemos levantar ainda alguns pontos sobre a invisibilidade e dificuldade em realizar e prosseguir com a denúncia, uma vez que figuras importantes – como professores, coordenadores e orientadores – são decisivas para continuidade e conclusão do curso para as pessoas. De forma a desestimular e incitar inseguranças sobre as denúncias sobre os casos.

Brito *et al* (2022) aponta alguns caminhos para os números baixos de denúncias, que nos ajudam a esclarecer e também explicar o porquê de não ser “tão simples assim” prosseguir. Nos casos de assédio sexual, “o motivo mais comum para não denunciar é o fato da vítima acreditar que não tem provas ou testemunhas²¹”, representando 50% entre estudantes. Já sobre os casos de assédio moral, cerca de 50% de alunas/os “tinham medo de que o assediador interferisse no processo”. Ambos resultados nos mostram como agem as estruturas de poder e como a experiência da denúncia é forjada pelo medo de ser prejudicada/o por aquela figura que está em um nível superior na instituição.

Por conseguinte, as violências de gênero e sexualidade no ambiente universitário demandam mais visibilidade, denúncias e um modelo de organização que favoreça – ou pelo menos seja justo – as pessoas violentadas e assediadas. Somente desta maneira pode-se caminhar para um ambiente mais seguro e digno para essas pessoas.

²¹ É importante ter em mente que casos de assédio, sejam eles sexuais ou morais, costumam acontecer em momentos em que estamos sozinhas, sem testemunhas ou possibilidade de gravações, por exemplo. Ainda que a própria Controladoria Geral da União (CGU) indique a importância de provas concretas, em muitas ocasiões – ou na maioria delas –, não é possível realizar essa coleta, restando “somente” a palavra da pessoa. Dessa maneira, a CGU reconhece que a palavra da pessoa assediada/violentada tem maior potencial probatório, considerando o relato.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>
Acesso em: 20 mar. 2025.

Capítulo 2: Manuais de Jornalismo

O processo educativo e formador de comunicadoras e comunicadores é devedor das aulas, leituras e habilidades técnicas que aprendemos durante os anos da graduação. Mas, sobretudo, para mim, vêm de um ímpeto pela tradução do mundo, pois é como o jornalismo – e a comunicação – chegam nas pessoas: através de um processo de produção que transmite o olhar quem o produziu. bell hooks, em uma de suas obras sobre educação, vai definir:

Pensar é uma ação. Para todas as pessoas que pretendem ser intelectuais, pensamentos são laboratórios aonde vai se formular perguntas e encontrar respostas, o lugar que unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber – por compreender o funcionamento da vida. Crianças têm, organicamente, predisposição para o pensamento crítico. Ultrapassando as fronteiras de raça, classe social, gênero e circunstância, crianças entram no mundo do maravilhamento e da linguagem preenchidas pelo desejo por conhecimento (hooks, 2020, p. 31 e 32).

A autora defende o início e desenvolvimento do pensamento crítico ainda na infância, o que pode variar de acordo com cada experiência, claro. No entanto, me chama atenção o “anseio por saber”, que é como gosto de enxergar o campo da comunicação e adicionaria ainda “o anseio por informar, transmitir e narrar histórias”. Mas, para isso, são necessários ensinamentos e especializações em alguns casos, que vão direcionar os trajetos para uma cobertura bem feita e ética. Nisso, chegamos até um ponto crucial deste produto: os Manuais de Jornalismo/Cobertura, que vou destrinchar a seguir.

Quando lê-se “manual” é fácil realizar a ligação entre normas, regras ou alguma explicação/forma de se realizar uma tarefa. Aqui, no campo da comunicação e do jornalismo, não é muito diferente, uma vez que os manuais de cobertura/jornalismo/redação têm as seguintes funções:

Pode-se resumir, assim, as funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros: a) compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; b) padronizar normas de estilo do veículo específico; c) orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; d) transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; e) divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; f) estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; g) substituir parcialmente gramáticas, principalmente na função consulta de dúvidas (Caprino, 2002, p. 51).

Alguns desses significados são específicos para a lógica empresarial, dos meios de jornalismo tradicionais, como estratégias de *marketing* e divulgação do nome do jornal. Outros nos servem aqui para refletir sobre como essas publicações atuam em nosso imaginário social, “transmitindo uma ideologia”, por exemplo. Quando produzimos algum

conteúdo jornalístico, por mais “bobo” que seja, ele está transmitindo uma mensagem para além daquele texto – seja escrito, visual ou escutado –, pois, existem ideologias²² implícitas no exercício da comunicação.

Para este produto, como fruto de uma inquietação tanto pessoal, quanto baseada em lógicas desiguais que forjam a experiência de ser mulher e/ou pessoa LGBTQIAPN+ na universidade, é essencial colocar de maneira clara um posicionamento feminista e repudiando preconceitos, por exemplo.

A função desempenhada por um manual é, para Machado (2007, p. 9), a difusão de conhecimentos, apresentando conceitos e sugestões de exercícios práticos sobre áreas e campos de atuação profissional; e propor metodologias específicas de ensino adaptadas às diversas modalidades de uma prática profissional. Dessa maneira, torna-se fundamental inserir questões teóricas específicas para “guiar” no processo de construção deste produto. Aqui, como citado acima, tenho em vista uma perspectiva feminista e interseccional que vai servir de bases para as lições presentes no manual e, além disso, pode servir para instigar vontade/curiosidade das pessoas que não são da área para ler, consumir mais conteúdos sobre gênero e jornalismo.

Além disso, é fundamental considerar a dimensão do jornalismo na vida das pessoas, uma vez que ele se coloca como principal meio de informação, tradução do cotidiano (Reginato, 2019). O que nos implica enorme responsabilidade, justamente porque nosso dever é esclarecer, comprometidas com a criticidade dos fatos, como descreve a pesquisadora Gisele Reginato (2019):

O jornalismo deve mostrar ao leitor como o mundo funciona em toda a sua complexidade, diversidade e pluralidade; deve orientar o debate público; apresentar as problemáticas para que elas sejam discutidas na sociedade; ajudar o leitor a formar sua opinião. O esclarecimento só ocorre de forma interligada com a apresentação da pluralidade da sociedade: o jornalismo só consegue promover o esclarecimento no sentido iluminista do termo quando apresenta ao leitor que o mundo é mais complexo do que ele imagina. Se o jornalismo mostra sempre as mesmas pautas, parece que o mundo é sempre do mesmo jeito. Trazer a complexidade do mundo ajuda na formação da cidadania e na formação de uma opinião pública crítica, esclarecida e atuante (Reginato, 2019, p. 241).

Mais do que isso, o artigo “Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da Folha de S. Paulo” (2008) nos mostra sua função

²² Quando falo de ideologia, parto da compreensão marxista, que a descreve como a falsa consciência, isto é, fenômenos e/ou representações falsas sobre a realidade, geralmente o “conjunto de ideias” que provém de uma classe dominante burguesa que busca dissimular, ocultar a realidade e suas determinações. É importante lembrar que a ideologia é sempre socialmente determinada seja através da política, arte, filosofia etc, e geralmente exerce a função de manter a ordem, atuam na manutenção do modo de produção capitalista.

política na democracia e representação cidadã em um país. Ao observar o manual de redação da Folha de 1984²³, primeiro do jornal, ele afirma:

Tomada em si mesma, a concepção do jornalismo como mediador político não tem nada de nova. Alguns aspectos, contudo, conferem ao modelo apresentado pelo manual da Folha um caráter bastante original: 1) o jornal reivindica explicitamente exercer um papel político; 2) ele legitima essa reivindicação como baseada em um mandato que lhe seria conferido pelo leitor; 3) ele sustenta que este mandato é conferido por meio de uma relação comercial, pela compra do jornal pelo leitor. (Albuquerque; Holzbach, 2008, p. 151).

Dessa maneira, os manuais – assim como o próprio jornalismo – possuem funções determinantes na manutenção de uma sociedade democrática, para que as pessoas estejam ali, representadas de forma integral, ampla. Porém, conforme o passar do tempo, o tom mais crítico, político, foi perdendo espaço para o “sério e objetivo” (Albuquerque; Holzbach, 2008), ou aquele que se diz neutro. Ainda de acordo com o manual da Folha, Albuquerque e Holzbach (2008) traçam similaridades ao modelo de jornalismo estadunidense, com os aspectos de “objetividade/informação” e “pluralismo”.

Porém, no verbete “formação de opinião” – ainda da edição de 1984 – o jornal se coloca ativamente como educador desse público que o consome, assumindo esse lugar de responsabilidade, de intervenção no debate, nas instituições, como influenciador e questionador dos mais diversos âmbitos. Mais que isso, o jornalismo tem a possibilidade não só de intervir, mas de criar novas discussões, jogar luz em assuntos ainda não visitados e com isso chegar até as instituições públicas, instaurando novas investigações ou criação de políticas públicas, por exemplo.

Os manuais de redação brasileiros já tiveram diversos formatos, como descreve Caprino (2002), que realiza uma tomada histórica dessas publicações²⁴, com diferentes posturas editoriais, publicações em formato de livros – com alguns *best sellers* da época – e até de sistematização da língua portuguesa. No entanto, diferente de um jornalismo puramente impresso e/ou no rádio e televisão, as normas estabelecidas pelos manuais descritos pela autora quando citam os “erros de português” distanciam-se do que será este produto, que trata de um assunto específico e dá as diretrizes para ele. Isso porque, no jornalismo digital, nas

²³ É importante dizer que este foi o primeiro manual a ser comercializado no Brasil, justamente para que o público pudesse entender como a *Folha de S. Paulo* estava se definindo quais eram os caminhos a frente. (Albuquerque; Holzbach, 2008).

²⁴ Neste produto meu intuito não é fazer uma retomada de cunho histórico dos Manuais de Jornalismo, portanto, para aprofundar-se neste quesito, ver https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/790/645. Acesso em: 22 mar. 2025.

publicações nas redes sociais ou mesmo na TV, é possível alterar/editar o conteúdo das matérias, reportagens, notas, etc., ou mesmo publicar um conteúdo outro evidenciando/explicando o problema anterior e corrigindo-o (o que também era possível no impresso, porém com uma velocidade diferente).

Furtado e Doretto (2020) vão definir os manuais ainda como uma maneira de estabelecer o trabalho e expressão dos jornalistas que atuam em determinado meio de comunicação. Mas destacam também o cotidiano na redação, que nem sempre é semelhante ao que está colocado nas regras, fazendo com que as situações exijam ainda mais de nós enquanto profissionais.

Ou seja, embora exista uma série de fatores políticos, culturais, econômicos, estruturais, hierárquicos, temporais, institucionais, éticos, entre outros, que determinam a prática jornalística, os manuais estabelecem explicitamente diretrizes sobre o comportamento do jornalista a serviço daquela publicação no seu trabalho de investigação dos fenômenos sociais a serem reportados em forma de texto noticioso. Sabemos ainda que nem sempre as orientações para a prática jornalística trazidas pelos manuais coincidem com o trabalho cotidiano dos jornalistas nas redações, já que a produção noticiosa “se altera em função das inter-relações entre as mudanças da sociedade” (GRILLO, 2003, p. 86), mas é inegável a força discursiva dessas publicações (Furtado; Doretto, 2020, p. 39).

É evidente que as coberturas e o trabalho de jornalistas são passíveis de erros e enganos; no entanto, com a produção de manuais que podem encurtar o tempo das dúvidas, ou mesmo dar as respostas necessárias, o fluxo, processos produtivos e cumprimento da função social do jornalismo (a partir de relatos claros e precisos sobre os fatos) podem ser facilitados. Sendo assim, os serviços, conhecimento e normas disponibilizados por esses produtos servem para o exercício da cidadania, tanto para comunicadoras/es, quanto para população. Eles são prescritivos, nos orientam como fazer.

Caprino (2002), em diálogo com a jornalista Ana Estela Sousa Pinto, acredita que a qualidade baixa dos textos não está ligada à excessiva rigidez dos manuais, mas à falta de habilidade dos/as profissionais. “Falta conhecimento técnico, falta informação, informação cultural, tudo isso para se permitir que se faça um texto com um estilo melhor” (Caprino, 2002, p. 58).

Porém, há também a ação da temporalidade no meio de tudo isso. Furtado e Doretto (2020) vão salientar algumas práticas previstas nos manuais que eram comuns mas hoje são condenadas pela comunicação, como o uso de “marginais” para definir um grupo (2020, p. 49). Elas afirmam que “o acesso a regras jornalísticas do passado – não tão distante – possibilita a compreensão da origem de alguns hábitos difíceis de serem apagados das

redações, como a forma de tratamento das fontes, o que, em certa medida, marca diferenças sociais" (Furtado; Doretto, 2020, p. 49).

Ou seja, pode-se afirmar que o jornalismo, assim como outros campos, é transformado constantemente pela sociedade em que vivemos. Porém ao investigar a forma com que as redações direcionavam determinada cobertura, é possível encontrar expressões e discursos preconceituosos que se consolidaram no imaginário social e ficam cristalizadas como o que é certo – assim como a cobertura de violência de gênero, em que as mulheres são historicamente culpabilizadas quando, na verdade, são vítimas – percepção que vem sendo, lentamente, alterada nos meios de comunicação.

Com isso, para além dos manuais, podemos pensar na produção jornalística em si como fonte de aprendizado, de informação – tal qual quando não sabemos como começar e pedimos indicações, exemplos de amigas. Mas isso nos leva por um caminho onde feminicídios, estupros e outras violências estão narradas na voz passiva²⁵, por exemplo, abordando os casos com enfoque errado.

No livro *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida*, de Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021), elas questionam esses “ensinamentos”, que vão ser reproduzidos à exaustão pela mídia:

Tudo nos leva ao machismo e à misoginia. Ao ódio às mulheres. Meninas crescem sabendo que é perigoso ser mulher. Meninas crescem sendo violentadas estruturalmente. Desejos reprimidos, sonhos impossíveis, lugares e metas proibidas, profissões não recomendadas, salários sexualmente desiguais. Algumas, infelizmente, crescem sendo violentadas diretamente – física, sexual e psicologicamente. Daí que muitas meninas crescem odiando serem mulheres porque o mundo é hostil a elas. Nesse contexto, há de se presumir que uma imprensa machista e misógina neste mundo seria apenas consequência. (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 32).

Dessa maneira, torna-se imprescindível a leitura e produção crítica acerca do jornalismo, que é também um direito humano (Barbosa, 2025). Somente educando os meios, a comunidade e as pessoas que produzem, podemos transformar esse ambiente, como descreve Karina Gomes Barbosa (2025):

Aprender a compreender os discursos midiáticos, suas nuances, características, processos produtivos e distributivos, é, portanto, uma ferramenta para expressão e

²⁵ “A voz passiva é uma construção sintática em que um objeto direto passa a ocupar a posição de sujeito. Por exemplo: Os filhotes foram descobertos pelo jardineiro ao invés da voz direta O jardineiro descobriu os filhotes. Quem descobriu os filhotes? O jardineiro. É o jardineiro o sujeito. Ou ainda: O bolo foi comprado pelos funcionários ao invés da voz direta: Os funcionários compraram o bolo. Quem comprou o bolo? Os funcionários. Os funcionários são o sujeito.” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 25). A utilização dessa voz tira o enfoque do sujeito real; o feminicida, estuprador, agressor, e a coloca na vítima.

cidadania diante da mídia, do jornalismo e da hegemonia com a qual se apresentam em nossas vidas. Trata-se, também, de enxergar a comunicação como um direito humano e, nesse contexto, se preocupar “com as formas de como ela se implementa e se desenvolve na sociedade” (Christofoletti, 2008, p. 94). Educar para os meios, portanto, é “oferecer ao público informações de como funcionam os meios, de qual a importância da comunicação para o desenvolvimento pessoal e social, de como o consumo das informações não pode se limitar a uma operação passiva e acrítica” (Christofoletti, 2008, p. 93). (Barbosa, 2025, p. 7)

Acerca dos manuais, Gisele Barão da Silva (2018) produz a análise de que para termos coberturas de qualidade, é necessário que a/o jornalista esteja devidamente capacitada/o para tal, compreendendo a luta pela igualdade e o contexto no qual vivemos. Ao observar quatro manuais sobre direitos das mulheres, ela ressalta que:

Vale acrescentar que a formação do jornalista ligada à abordagem dos temas de direitos das mulheres não se limita à aplicação de “regras” na hora de escrever. Ela passa pelo conhecimento de contexto, história, e por outros fatores ligados à estrutura das redações. A maioria dos guias cita a necessidade de se ter mais igualdade de gênero nos meios de comunicação. (Barão da Silva, 2018, p. 189).

É evidente, portanto, a necessidade dos manuais serem não só aplicados na prática e ensino do jornalismo, mas também de compreendermos, enquanto classe, o contexto histórico das violências contra mulheres e outros grupos. Barão da Silva (2018) ainda chama a atenção para outras duas problemáticas: o das fontes femininas que são escassas sobre quaisquer assuntos e os enquadramentos escolhidos pela mídia, que não as denotam de maneira integral, digna. “A hipótese do agenda-setting defende que, graças à ação dos meios de comunicação, as pessoas sabem ou ignoram elementos específicos da esfera política” (Barão da Silva, 2018, 181).

Sendo assim, as notícias sobre as mulheres tornam-se descaracterizadas, colocando nessas “personagens” impressões e aspectos que não são necessariamente ligadas à elas – ao representar que uma vítima de feminicídio “provocou” o companheiro, dando a ideia de que ela merece uma punição, por exemplo –, mas de uma ideia que se deseja causar. Com os manuais analisados por Gisele (2018), ela exemplifica a mudança desse comportamento, que agora está colocado nessas publicações e pode ser exportado para todas as redações.

Machado (2007) afirma que no Brasil não existe uma cultura da produção de Manuais de Cobertura para a imprensa nacional – isso em comparação com publicações norte-americanas, por exemplo. Porém, nos últimos anos pode-se observar um crescimento tanto na produção, quanto na veiculação dessas diretrizes, principalmente por veículos de comunicação mais comprometidos com um novo tom do jornalismo, mais engajado com

questões sociais e alguns independentes. Podemos pensar no *Manual Universa para Jornalistas: Boas Práticas na Cobertura de Violência Contra a Mulher*²⁶, do Portal Universa, UOL; o *Minimanual para Cobertura Jornalística das Mudanças Climáticas*²⁷ e, em seguida, o *Manual para Cobertura Jornalística dos Desastres Climáticos*²⁸, ambos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); o conjunto de minimanuais do portal Think Olga²⁹, entre outras produções que foram publicadas, sobretudo no ambiente digital – o que permite maior atualidade dos textos.

Existem ainda materiais como cartilhas e guias de outros portais de comunicação nos quais podemos nos inspirar e citar como boas referências. Em geral, esses instrumentos nos incitam para mudança e/ou para necessidade de capacitação em temáticas específicas, como os exemplos citados acima. Porém, além disso, eles nos deixam implicadas/os para observar a mídia, o jornalismo e os conteúdos que consumimos de outras maneiras, chamando a atenção para um conceito essencial: a educação midiática.

Para Buckingham (2022, p. 17), a mídia é “uma dimensão central da vida contemporânea – da cultura, política, economia e relações pessoais”, sendo assim, torna-se necessário debater e desenvolver uma visada crítica sobre como esses aspectos atuam sobre nossas vidas. O autor comenta ainda, de maneira breve, sobre a alfabetização midiática, que é o processo de aprendizado para lidar com as novas tecnologias e plataformas que estão mediando nossas vidas. Este conceito, porém, não contempla algo que afeta nossas relações e é preciso prestar atenção: o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da mídia.

Fazendo o cruzamento com a área da educação – justamente por tratar-se de uma de suas facetas –, bell hooks (2020) vai afirmar sobre a necessidade de um público engajado, interessado para o ensino e estímulo do pensamento crítico. Ela descreve:

[...] o pensamento crítico requer discernimento. É uma forma de abordar ideias que tem por objetivo entender as verdades centrais, subjacentes, e não simplesmente a verdade substancial que talvez seja a mais óbvia. Um dos motivos pelos quais a desconstrução ficou tão popular nos círculos acadêmicos é o fato dela ter levado as pessoas a pensar muito, com a intensidade, senso crítico; a destrinchar; a mergulhar sob a superfície; a trabalhar pelo conhecimento (hooks, 2020, p. 34)

²⁶ Para conferir o Manual completo acesse <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/25/universa-lanca-manual-para-jornalistas-cobrirem-violencia-contra-a-mulher.htm>. Acesso em: 22 mar. 2025.

²⁷ Para acessar o material completo acesse <https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-a-cobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 22. mar. 2025.

²⁸ Para conferir o Manual acesse <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise/2024/11/20/lancamento-de-e-book-ufrgs-ufsm-manual-para-a-cobertura-jornalistica-dos-desastres-climaticos>. Acesso em: 22 mar. 2025.

²⁹ Para visualizar todas as ferramentas acesse <https://thinkolga.com/ferramentas/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

Na mídia, comunicação e jornalismo torna-se fundamental o desenvolvimento de um pensamento crítico, por isso entendemos a educação midiática como ponto crucial, pois ela vai olhar para os meios e/ou plataformas e questionar, analisar minuciosamente aquela mensagem que está sendo transmitida ali. Além disso, Buckingham (2022, p. 5) qualifica a educação midiática como um “direito à cidadania individual, garantidora da liberdade e democracia”, o que retoma a classificação do Portal Educamídia³⁰, que divide o conceito em três principais funções, são elas: ler criticamente; escrever com responsabilidade; e participar ativamente. Além disso, a *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* define:

Se a experiência pessoal ou coletiva com meios de comunicação e tecnologias da informação utiliza diversas linguagens e expressões, o objetivo da educação midiática pode ser entendido, inicialmente, como o desenvolvimento de uma metalinguagem, ou seja, uma compreensão analítica de contextos mais amplos e inter-relacionados à mídia. Esta compreensão inclui o desenvolvimento de um conjunto de habilidades de natureza crítica que se relacionam com diversos momentos na experiência da tecnologia e da informação, possibilitando o acesso, análise e produção de conteúdos midiáticos a fim de participar do ambiente digital de forma crítica, reflexiva e saudável (EUROPEAN COMMISSION, 2007) (Secom, 2023b).

Ou seja, mais que a leitura e utilização dessas redes, é preciso analisar e refletir sobre os conteúdos ali colocados, para assim construir um ambiente mais saudável. A Estratégia ainda destaca a função da educação midiática na leitura e compreensão dos mais diversos aparatos midiáticos, sejam tecnologias, cultura ou comunicação.

Por fim, é preciso pensar sobre o exercício da ética jornalística, que implica tanto no processo de educação quanto na produção/colocação daquela pessoa no campo profissional. A ética, em suma, é “a prática de refletir sobre o que vamos fazer e sobre os motivos pelos quais vamos fazê-lo” (Salvater, 2014, p. 20). No jornalismo, porém, é preciso mais do que apenas uma reflexão, uma vez que “grande parte do que chamamos de realidade nos chega pelos meios de comunicação” (Christofoletti, 2008, p. 6), por isso, nos perguntamos: que realidade é essa? Como ela é elaborada?

Dessa forma, é preciso o constante exercício ético, para um fazer jornalístico transformador e fundamentado no respeito aos direitos humanos, considerando as várias nuances entre o fato dado e o relato da/o jornalista. O Código de Ética dos/as Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) vai definir como condutas e deveres para essa classe no Artigo 6º:

³⁰ As definições completas estão disponíveis em <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 22 mar. 2025.

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; IV - defender o livre exercício da profissão; V - valorizar, honrar e dignificar a profissão; VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha; VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas; X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria; XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente; XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (FENAJ, 2007, p. 1 e 2).

Sendo assim, o trabalho da/o jornalista é de responsabilidade, checagem e compromisso com a verdade – sem aquela ilusão de uma suposta “neutralidade”, uma vez que não tem como ser neutro quando já estamos implicadas por uma visão de mundo anterior. Por isso, pensar em uma ética alinhada com o Código Brasileiro e suas diretrizes é fundamental para garantir um jornalismo mais crítico, qualificado e comprometido com uma direção que busca romper com violências difundidas por um fazer jornalístico pouco ético.

Considero que os manuais de redação e/ou cobertura não são nem camisa de força, nem regras necessárias – fazendo alusão ao título do artigo de Caprino (2002). Para mim, eles têm a função de capacitar e informar profissionais que não possuem formação específica sobre alguns temas (como gênero, clima, raça, entre outros), uma vez que, no momento da produção de matérias e outros conteúdos, as diretrizes funcionam como facilitadores e também para condensar termos técnicos, conceitos próprios daquele assunto ou mesmo dúvidas éticas na cobertura jornalística – em um ambiente informacional em que as notícias são produzidas muito rapidamente, evitam erros e preconceitos. Mais que isso, os manuais atuam como agentes de mudança se forem utilizados de maneira correta.

2.1 A dimensão da educação midiática de um manual

Um dos principais pontos que me fizeram escolher produto ao invés de monografia foi a possibilidade de provocar alguma mudança, algo que fosse prático, que pudesse ajudar, contribuir com o campo de forma aplicada. Nesse caminho cheguei até o manual, um guia que proporciona a jornalistas, estudantes de jornalismo/comunicação e comunidade entender como lidar com a violência de gênero no ambiente universitário dentro da mídia.

Ao passo que escrevo, leio e adquiro mais conhecimento sobre o tema, enxergo as coberturas de outra maneira, sob outro ponto de vista. Assim, torna-se cada vez mais importante entender como ler a mídia de outra maneira. Um dos eixos principais do *Ariadnes* é a crítica de mídia – que é, basicamente, a educação midiática em prática.

Ao termos como norte a dimensão pedagógica da mídia em nossas vidas, elemento importante no processo de construção das normas e das performatividades de gênero e sexualidade, torna-se necessário discutir como os produtos da mídia atuam nesse sentido, no cotidiano e nas vidas dos sujeitos. Acreditamos, dessa forma, que a educação midiática com recorte de gênero e sexualidade é essencial para: a) compreender a comunicação e seu papel nas performatividades de gênero e sexualidade; b) habilitar um consumo participativo, autônomo e cidadão dos produtos da mídia a partir de uma perspectiva gendrada; c) propor melhorias em coberturas jornalísticas e modelos de comunicação; d) formar comunicadoras e comunicadores com perspectiva crítica de gênero para atuar de modo transformador no campo. (Ariadnes, 2025).

Logo, como integrante do projeto e produzindo este material, me coloco num lugar de compreensão tanto prática – pelos textos e trabalhos dentro do observatório de mídia – e também teórico, a partir das leituras realizadas. Com isso consigo ainda destrinchar em dois níveis de interação: os de jornalistas/estudantes com os materiais e também os da comunidade em geral, que terá mais recursos para compreender como a mídia é personagem principal no debate sobre violência.

A definição de educação midiática, citada no tópico anterior, é de que para habitar nas redes/mídias de hoje é preciso “entendimento crítico profundo” de como ela funciona, como comunica, como representa o mundo e como é produzida e usada (Buckingham, 2022, p. 19). Ou seja, vai além da *alfabetização midiática*, que se coloca como processo de aprendizagem no uso de aparelhos e ambiente digital. Para exemplificar, não é necessário apenas saber manusear um site de busca, mas entender como interpretar – e até questionar – o que está sendo afirmado ali.

Para além disso, é preciso ter a dimensão de lucro, monetização com os *click bates* ou “caça cliques”, pois uma vez que conteúdos misóginos viralizam, isso gera renda para os sites, empresas de tecnologia e plataformas em que as notícias estão (Buckingham, 2022). Também possibilita que elas consigam burlar, “contornar regulamentações legais da reportagem factual e ser usada para espalhar boatos e desinformação com muito mais rapidez”, como afirma David Buckingham (2022, p. 58). O autor lembra ainda da era das “bolhas”:

Na era das “bolhas”, temos cada vez mais condições de selecionar e personalizar nosso ambiente midiático de maneira a confirmar nossas crenças preexistentes. Mais uma vez, isso é parte da lógica econômica: notícias que apelam para posições ou

preconceitos já estabelecidos têm muito mais probabilidade de ser curtidas e compartilhadas, gerando assim mais renda para as empresas da mídia. (Buckingham, 2022, p. 58).

No entanto, como vou tratar do aspecto informacional, o foco não é em como as redes e sites se utilizam desses conteúdos de desinformação e misoginia para enriquecer, mas em qual imagem é construída a partir dessas coberturas – e isso podemos extrair do pensamento de Buckingham quando ele afirma que notícias falsas e preconceituosas têm mais chance de viralizar. Mais uma vez, observamos como a sociedade patriarcal e misógina atua no jornalismo, na mídia e na forma de comunicação na qual estamos inseridas.

Ao reforçar essas ideias – que de tanto serem repetidas, ficam cristalizadas –, estamos observando o papel pedagógico da mídia atuando; com discursos que desprezam nossos corpos, subjetividades e vida em geral. Porém, para vislumbrar esse cenário, é preciso mais do que saber distinguir a verdade e a mentira (no campo das *fake news*, por exemplo), pois o viés das mensagens está colocado em todos os textos, ainda que verdadeiros.

Afirmar que “uma mulher foi encontrada morta” pode ser verídico, como observamos constantemente nas manchetes e chamadas. Mas dizer “homem assassinou mulher” torna o sentido do título diferente, ainda que se trate do mesmo caso, pois coloca o homem, feminicida, como agente e não a mulher como sujeito passivo; o coloca no centro do acontecimento, como responsável pelo fato.

É nesse âmbito que a educação midiática é indispensável, pois como afirma o *Manifesto pela Educação Midiática* (Buckingham, 2022), “não podemos atacar o problema isoladamente; precisamos de um entendimento muito mais sofisticado e profundo de como a mídia (incluindo as notícias, em todas as suas formas) representa o mundo, e de como ela é produzida e usada. Necessitamos de uma estratégia educacional coerente, não mais uma solução improvisada” (2022, p. 59). Dessa maneira compreendemos que não é preciso somente saber como a comunicação funciona de maneira técnica, mas sim o que está implícito – muitas vezes explícito – nas mensagens colocadas por ela.

Mesmo porque, se temos a noção de que grupos preconceituosos utilizam-se de estratégias muito bem articuladas para dominar o debate acerca de diversos temas – como gênero, raça, sexualidade e identidades múltiplas –, é imprescindível que tenhamos nossos próprios métodos. Ao pensar na atuação do jornalismo dentro das redes sociais, por exemplo, há uma nova forma de se comunicar, por posts, emojis, reações e até comentários furiosos de quem está do outro lado da tela (mas que não sabemos quem é).

As interações mudaram, mas nosso papel como jornalista não pode ser levado junto com a maré das *big techs*³¹; ainda que salte aos olhos e seja mais lucrativo atuar desse modo, nossa ética não pode estar à venda. O jornalismo precisa pautar a violência de gênero, por exemplo, porque é uma questão real a ser resolvida – assim como tantas outras –, e para isso é necessário entender e repensar a forma como as coberturas são feitas.

Afastar-se desse mundo intensamente mediado certamente não é fácil. É difícil indagar o que somos muitas vezes inclinados e incentivados a achar normal. Existem aspectos da mídia que às vezes estão escondidos da visão, e temos de saber mais sobre eles. Talvez seja preciso pegar as coisas que parecem muito familiares e “torná-las estranhas” para olhar para elas com novos olhos. Claramente a abordagem fragmentada de atacar diversos riscos da mídia não será suficiente, tampouco fornecer um simples treinamento para operar a tecnologia midiática ou escrever em código de computador. Como educadores, temos de considerar o panorama mais amplo que tracei aqui, e precisamos fazê-lo de maneira abrangente, coerente, crítica. (Buckingham, 2022, p. 67).

Sendo assim, precisamos desnaturalizar algumas coberturas e nos questionar sobre/como aquilo está sendo colocado. Temos de interpretar criticamente e tensionar os debates acerca do tema, pois somente assim poderemos contribuir para representações mais saudáveis, completas, acerca da violência de gênero e outros temas densos como este.

³¹ Como são chamadas as empresas que dominam o ambiente digital, como Google, Meta, Apple, Amazon e Microsoft, por exemplo.

Sumário do Manual

As duas principais intenções do Manual são: capacitar jornalistas e estudantes de jornalismo e informar a comunidade sobre as especificidades de uma cobertura jornalística capaz de debater as violências de gênero no ambiente universitário com ética e qualidade. Porém, quando se tem em mente dois públicos – um deles com a formação específica e o outro que, a princípio, não a possui –, é preciso adaptar a linguagem para alcançar ambos de maneira parecida.

Portanto, desde sua concepção o manual busca atingir essas pessoas de forma próxima, para que uma leitura fluida e descomplicada seja possível tanto para uma jornalista que procura por especialização e/ou informações específicas, quanto para uma leitora interessada no tema e/ou estudante de universidade que vivenciou alguma violência e busca mudança, novas formas de fazer.

Ademais, a construção do sumário foi, no primeiro momento de produção, um norte do que seria necessário elaborar dali para frente, tornando o trabalho mais organizado e direcionado. Os componentes indispensáveis estavam todos expostos para que quando a produção de fato começasse, os caminhos já estivessem indicados.

Nesse caminho, a divisão de capítulos do Manual foi pensada da seguinte forma durante o TCC 1:

1- Apresentação

2- Violências de gênero no ambiente universitário - por que estamos falando disso?

3- Produção: a pré-produção, produção e pós produção/edição; circulação

Pré: como selecionar e construir uma pauta; quais fontes consultar; onde buscar dados.

Durante: como elaborar perguntas a partir das fontes; como conduzir entrevistas com pessoas que viveram situações de violência; se uma fonte desistir de falar, como proceder.

Pós: seleção do material que será utilizado; pensar na relação de revitimização: é preciso descrever as violências.

Edição: como construir o texto final (uso de supostos, condicional e sujeitos passivos)

Circulação: atenção à presença dos conteúdos nas mídias sociais, suas interações e moderação.

Extra: a representação com imagens - o que e como utilizar?

sobre imagens estáticas e imagens para audiovisual

4- O que fazer e o que não fazer nas coberturas

Exemplos práticos e referências

5- Sobre denúncias e dados

Como realizar as denúncias (Fala BR, ouvidorias da universidade)

Dados e a Controladoria Geral da União (CGU)

Como funcionam os Processos Administrativos Disciplinares (PADs)

Legislações (como Lei 8112/90; Código Penal; Decreto Nº 12.122/24) e outras disposições técnicas e jurídicas

6- O lugar da vítima

É preciso se colocar no lugar dessa pessoa, para entender e não cometer ainda mais violências

Por que é difícil falar sobre violências no ambiente universitário? Por que não se fala sobre isso?

Estratégias para atuação jornalística nesses casos/com essas pessoas

7- Violentômetro de situações no ambiente universitário

Dispor as situações em níveis e explicar as violências específicas

O que são essas violências e como elas são constituídas?

Gênero, patriarcado e violência

O ambiente universitário e suas definições, limites e composições

8- Fontes, referências e dicas de especialistas

Extra: materiais e trabalhos jornalísticos que lidam com o tema

A partir dessa organização foi possível colocar as discussões teóricas mesclando com exemplos de coberturas já realizadas, tanto para facilitar a visualização, quanto para a compreensão de pessoas que não têm experiência no jornalismo/área da comunicação. Além disso, a elaboração de algumas dicas e/ou regras que são necessárias para uma cobertura ética e informada acerca do tema são essenciais tanto para comunicadoras/es tanto para quem está acessando o manual para conhecer/se aprofundar no assunto.

No entanto, algo que foi essencial para a elaboração no primeiro momento – a descrição do que seria colocado em cada capítulo – foi retirada na versão final, tanto para simplificar o sumário, quanto porque essa estratégia foi utilizada mais para me guiar do que de fato para estar presente no produto. Foi como uma prévia e breve explicação do que seria discutido em cada tópico, mas tornou-se dispensável quando o material foi ganhando forma.

O processo de produção e escrita, porém, alterou alguns dos tópicos já selecionados, fazendo com que mudassem de nome ou que novos fossem adicionados. Isso por conta das leituras e outros materiais que estou consumindo, os quais fizeram algumas mudanças de rota,

porém com o mesmo destino. Para que a leitura fique fluida e objetiva ao mesmo tempo, foi preciso dividir o manual em mais tópicos, para ir “direto ao ponto” com eles, visando justamente a compreensão facilitada das informações.

Além disso, alguns dos capítulos adicionados tornaram-se indispensáveis, foi como se um fosse levando ao outro, como desdobramentos necessários para compor uma cobertura responsável, ética e que considera diversos aspectos da violência. Também por conta da dupla função deste produto, que considera as pessoas que não são necessariamente da área da comunicação, foi preciso contextualizar algumas dimensões técnicas e específicas.

Ainda que sejam utilizadas referências acadêmicas, de livros e artigos, durante o manual, priorizei inseri-las de maneira mais simplificada, retirando o linguajar próprio da academia e tornando-o mais próximo da linguagem jornalística. Para isso foi necessário adotar também uma tática na diagramação, colocando as citações diretas ao centro e entre aspas, independentemente do tamanho.

Pensando na publicação no ambiente digital, como *e-book*, é possível adicionar camadas de informação hipermídia – como links que direcionam para outras páginas –, fazendo com que a leitura seja dinâmica e ainda mais informada, rica. Essa estratégia foi muito utilizada, para que as pessoas possam acessar outros materiais acerca do tema que não estejam expostos ali, mesmo porque o manual tem de ser mais objetivo.

O sumário final ficou dessa maneira:

1- Introdução

2- Violências de gênero no ambiente universitário - por que estamos falando disso?

O que isso significa na prática?

De quais violências estamos falando nesse ambiente?

As violências se manifestam da mesma forma para diferentes pessoas?

É preciso pautar a universidade como ambiente de violências

Como o jornalismo pode ser aliado nesse processo?

3- Rotinas produtivas: pré-produção; produção; edição e circulação

Antes

Durante

Edição

Circulação

Como representar com imagens os casos de violência?

4- O que fazer e o que não fazer nas coberturas

Exemplos práticos e referências

5- Como funcionam os Processos Administrativos Disciplinares (PADs)

Quais são as punições previstas?

Falta protocolo nos PADs?

Sobre o anonimato das acusações e denúncias

Pedidos de recurso e revisão

6- O lugar da vítima

Existe um jeito “certo” da vítima se portar?

E quando o acusado é um “aliado”?

7- Por que cabe ao jornalismo pautar e nomear as violências de gênero no ambiente universitário?

Com que fontes devo falar sobre violência de gênero na universidade?

Nunca fiz uma cobertura com perspectiva de gênero, onde posso achar referências jornalísticas para isso?

8- Violentômetro de situações no ambiente universitário

9- Checklist de bolso

10- Materiais adicionais

Episódios de podcast

Programas

Livros

Outras produções

Referências bibliográficas

Projeto Gráfico do Manual

Para composição deste produto, é preciso um projeto gráfico para colocá-lo no ambiente digital, tendo em mente que se trata de uma publicação em formato de *e-book*. Sendo assim, penso em algo que deixe a leitura fluida e pouco “poluída”, ou seja, sem muitas figuras, imagens ou interferências visuais. Para isso, utilizei as páginas com o texto em evidência e outros materiais vindo “ao seu encontro”, como um bônus; exemplifico abaixo:



Figura 1: captura de tela do Guia da Educação Midiática do Educamídia.

Quando houver a necessidade de dar destaque para elementos visuais, como no tópico de imagens para representar a violência de gênero no ambiente universitário, colocá-las em destaque. No entanto, nos momentos em que for citar exemplos de cobertura, gostaria de utilizar não as capturas de tela – por conta de anúncios e publicidade –, mas sim criar um próprio modelo de “citação”, como colocado abaixo:

2 ESTUPRO NÃO É SEXO

Padrasto preso na Serra acusado de obrigar enteada a fazer sexo

A violência sexual teria acontecido na noite do último dia 29 de dezembro e foi comprovada por meio de exames médicos. Suspeito foi detido nesta terça-feira

Fonte: Agência Brasil - 29/12/2014 - 16h00
Foto: Reprodução/TV Globo

Estupro não é sexo. Sexo é consensual. "Suavizar" este fato, substituindo estupro por "obrigou a fazer sexo" ou usar o mesmo termo de uma prática consensual, como sexo oral, é diminuir a gravidade do crime. Não é sexo para a vítima.

Padrasto é preso quando fazia sexo oral em menina de 8 anos, diz polícia

'Mãe chora e não acredita', diz delegado; crime ocorreu em Porto Acre. Menina disse que essa era a segunda vez que o suspeito praticava o abuso.

Fonte: Agência Brasil - 29/12/2014 - 16h00
Foto: Reprodução/TV Globo

O acusado de ter praticado crime de estupro de vulnerável contra uma **garotinha de apenas 5 anos** em Patos de Minas, ocorrido em 2014, foi condenado pela Justiça a 9 anos de prisão, mas irá recorrer em liberdade. A família da pequena vítima vinha pedindo provisões a respeito do caso, uma vez que o então suspeito ficou apenas 22 dias preso e continuava solto.

O fato aconteceu no dia 16 de dezembro de 2014, no Bairro Jardim Pelluso, quando o dono de uma padaria foi preso acusado de ter levado uma criança de apenas cinco anos para os fundos da loja e praticado **sexo oral** com a menina. Na época, Eurípedes Antônio de Castro, de 40 anos, chegou a ser conduzido para o Presídio Sebastião Sátiro e autuado por estupro de vulnerável, mas negou ter cometido o crime.

Fonte: Agência Brasil - 29/12/2014 - 16h00
Foto: Reprodução/TV Globo

Estupro não é sexo. Sexo oral implica consentimento das duas partes – e meninas de 8 anos e 5 anos, segundo a lei, são incapazes de consentir. Logo, é estupro.

Página 6 / 14 | - | +

Figura 2: captura de tela do Minimanual do Jornalismo Humanizado - Violência Contra a Mulher do Portal Think Olga.

Durante o TCC 1 elaborei e reuni referências visuais/gráficas para colocar em prática no momento do 2, já tendo em vista o que gostaria e o que não. De forma que as imagens e a visualidade do manual sejam condizentes com seu tema – denso, pesado e que carrega uma cultura de silenciamento consigo –, e mais, que possam transmitir com clareza as informações, especificidades, regras, etc, sem que haja qualquer tipo de confusão mental ou dupla interpretação por conta da diagramação.

No entanto, para que estes aspectos sigam alguma abordagem teórica, utilizei o livro *A produção de um livro independente* de Ellen Lupton (2011) como guia na elaboração da parte gráfica/visual. A obra ressalta a importância de fontes que chamem a atenção na capa e sejam mais “discretas” no texto corrido para facilitar a leitura, com isso, as fontes selecionadas foram “Anton Regular” para capa e títulos e “Libre Caslon Text” para o texto interno, uma fonte sem serifa e outra serifada, respectivamente.

Além disso, para deixar o material ainda mais completo, inseri diversos links, explicações e outras informações que estão dispostas no espaço de recuo do texto, para que caibam na mesma página, deixando a leitura mais fluida e dinâmica.

A pessoa responsável por elaborar a identidade visual junto comigo foi Cleverton Monteiro, jornalista, designer e amigo com quem troco e concordo tanto. Durante o processo de produção, chegamos em uma paleta de cores diferente daquelas que costumamos ver em

materiais sobre violência (com roxo, lilás, verde ou vermelho, por exemplo) e, para isso, utilizamos outras referências para inserir os temas de maneira contundente.

Como o tema central do produto é a educação, afinal de contas trato de ambiente universitário, uma referência de cores fundamental foi a borracha azul e vermelha, que remete a esse espaço e, ao mesmo tempo, foge da obviedade. Essas duas cores serão as principais utilizadas no produto, por nos remeterem à educação e ao mesmo tempo construírem uma clareza nas informações que estão postas.



Figura 3: borracha azul e vermelha

Além dessas duas cores que compõem a paleta principal, há ainda outros tons de azul para variar na composição imagética, suavizar em alguns momentos e diferenciar detalhes. Desse modo, a paleta completa ficou assim:

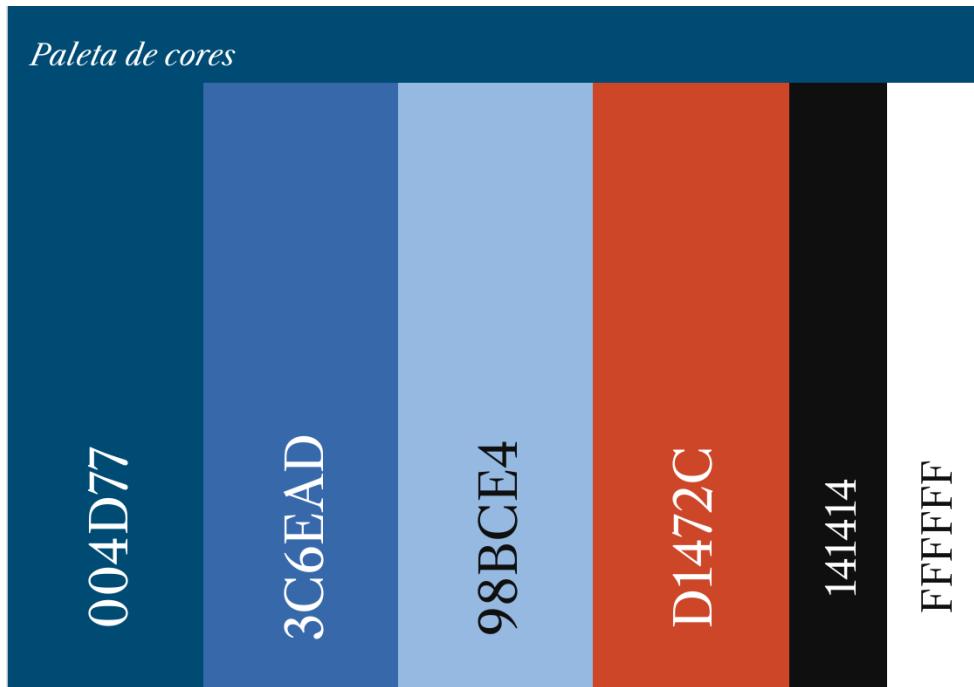


Figura 4: paleta de cores. Elaboração: Cleverton Monteiro

Na capa fugimos um pouco do conceito apresentado por Lupton (2011), que é da lógica da venda, comercialização, pois o produto será disponibilizado gratuitamente. Ela será mais simples, com uma ilustração ao lado, para que a centralidade esteja no título – e simbolicamente, nas violências e no manual, que são o mais importante. As ilustrações e desenhos foram feitos por Cleverton, com base nas longas conversas que tivemos sobre quais elementos utilizar e como representar a violência sem estigmatizá-la.

Em meio a essa busca, mostrei meus brincos, que refletem muito da minha personalidade, e gostaria que estivessem presentes no manual. São basicamente flores e artes indefinidas, que podem representar diversas coisas. Ele os desenhou e mostrou algumas aplicações, que em diálogo também com Karina, foram aprovados.

Meu desejo/intuito com as flores, folhas e símbolos mais abstratos é passar a mensagem de que algo está em suspenso (a violência, nesse caso) e, ao mesmo tempo, não deixar os elementos visuais interromperem a objetividade do texto. É também uma analogia à música de Russo Passapusso, *Flor de Plástico*, pois fala daquilo que fica entre; entre o céu e o chão; entre a possibilidade de mudar a cobertura e o acontecimento da violência. Elementos da natureza ficam entre o que caiu da árvore e o que pode se transformar a partir dali – adubo, composto orgânico, ou ainda no caso das flores/sementes, pode dar origem a outra árvore. Em alguns materiais que já vi tem muita coisa, dificultando o foco no tema central – e, em algumas situações, até difícil de ler.

O processo de produção foi engraçado, pois no início eu não conseguia imaginar algo “palpável” – nesse caso visível, pois está na tela –, mas quando chegou a primeira versão eu sabia que eu estava ali, que Cleverton estava ali. Me imaginei abrindo o material completo e tudo virou uma espécie de mágica. O que antes era ideia, fantasia, se tornou real – e foi gratificante ver.

Ao ver o projeto concluído, com formato definido, finalizado, é como se as mensagens, conversas, referências e até músicas que troquei com Cleverton ao longo do tempo se colocassem fisicamente. É, realmente, uma sensação conceber – junto com ele e Karina – um trabalho-sonho, resultado de pesquisa, luto e sensibilidade; tudo isso está ali.

Diário de Bordo

Parte 1: da ideia inicial ao projeto

O que me move para estar nesse mundo é a presença e força das mulheres. Dessa maneira, minha principal fonte de inspiração acadêmica também trata-se do mesmo tema: gênero, ou um mundo com perspectiva de gênero. Após viver por 18 anos na realidade carioca, me acostumei com casos de assédio, feminicídios e estupros sendo vivenciados e noticiados todos os dias – assim como em outras regiões do Brasil, claro. Me questionava sobre a maneira como aquelas notícias eram dadas, se eram para representar exatamente aquilo ou se poderiam ter um tom diferente pelo jornalismo. Mas, ao me aprofundar mais sobre o debate de gênero, já na faculdade, entendi que muitas das representações são equivocadas e, até mesmo, criminosas.

Desde os primeiros períodos, a área já me chamava atenção e era algo para onde eu constantemente voltava meu olhar, como um caminho que seguia intuitivamente – também observando outros fatores que compõem a interseccionalidade, como raça, classe, sexualidade, etc. No segundo período, cursei a eletiva “Gênero e Jornalismo” (atualmente “Jornalismo, Gêneros e Sexualidades”), ministrada pela professora Karina Gomes Barbosa e, a partir da bibliografia e debates em sala de aula, entendi o que gostaria de pesquisar e área que seguiria até a conclusão da minha formação – e espero que por toda minha vida.

O Projeto *Ariadnes*³² – do qual faço parte e sou bolsista desde o segundo semestre de 2022, quando estava no terceiro período da graduação – atua como esse observatório e ambiente de crítica de mídia com perspectiva de gênero e sexualidade que me despertou para diversas questões dos estudos feministas, em interface com infância e violência. Ele veio como uma concretização das atividades que já visava realizar. Foi no *Ariadnes* que me aprofundei nas leituras e debates mais específicos de gênero e sexualidade, com a produção de notícias, críticas sobre filmes, séries e livros; também com a organização de oficinas, mostras de cinema e outros eventos relacionados aos temas.

Além disso, realizei escuta e acolhimento de pessoas que sofreram assédio e/ou violência de gênero no ambiente universitário, que, no caso da UFOP, compreende também as moradias estudantis e repúblicas, sendo federais ou particulares. As violências estavam escancaradas em todo lugar mas parecia haver uma redoma, protegendo assediadores e

³² O projeto integra o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Ouro Preto (Prace-Ufop), foi criado em 2018 e retomado em 2023. Todos os conteúdos estão disponíveis no site <https://ariadnes.org/> e no Instagram <https://www.instagram.com/projetoariadnes/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

abusadores – desde professores até decanos³³ de repúblicas –, por isso o ímpeto de mudança. Durante todo esse período, pude identificar a falta de uma cobertura especializada para o tema, fazendo com que esse incômodo se transformasse neste trabalho, que pretende explicar e capacitar as pessoas.

Quando estava cursando a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, na turma do 21.2, já tinha a certeza de que meu Trabalho de Conclusão de Curso teria implicações de gênero e sexualidade de maneira latente, ainda que não soubesse exatamente o que seria. Estava iniciando aquele período durante um difícil processo de luto e, logo após, a universidade entrou em greve. Em meio a tudo isso, tive algumas ideias, como analisar as capas do *Jornal Meia Hora*; analisar a campanha Faça Bonito, que trata do combate e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; analisar a formação do que é “feminino” a partir de vídeos do *TikTok* e *Instagram*.

Conforme as conversas que tive com a professora Karina Gomes Barbosa, que já me acompanhava no Projeto *Ariadnes* e é também minha orientadora, chegamos até o *Manual de Cobertura sobre violências de gênero no ambiente universitário*, que reúne boa parte de minha atuação no *Ariadnes*. O clique foi instantâneo, era aquilo que materializava o que eu havia pensado, passado e me colocado inteiramente durante minha graduação.

Desde então, com o desenvolvimento do anteprojeto para a disciplina de Métodos, comecei a reunir coberturas sobre violência de gênero, violências no ambiente universitário e assédio sexual por meio da plataforma Google Alertas, que realizam um compilado de reportagens, matérias e notas que me auxiliam na construção tanto do produto, quanto na elaboração de exemplos práticos. São emails que recebo diariamente e faço, a próprio punho, a curadoria do que considero importante ou não para ser utilizado. Comecei a reunir os links em um documento criado em 19 de julho de 2024 e, desde então, abro o e-mail todos os dias, seleciono e leio alguns dos materiais enviados pela plataforma, separando por categoria ou por caso – por exemplo a cobertura do caso do professor Alysson Mascaro, acusado de assédio e abuso sexual por alunos da Universidade de São Paulo. Até este momento, em março de 2025, já reuni mais de 370 links e referências que me ajudam a construir este projeto e a consolidá-lo enquanto um produto.

³³ Decana(o) é como são chamadas as pessoas que ocupam o maior lugar na hierarquia nas repúblicas estudantis de Mariana e Ouro Preto, cargo que denota poder acima das outras pessoas que residem naquela casa e, dependendo, também de outras casas.

Parte 2: a execução do projeto

No primeiro semestre da faculdade ficava me questionando “será que vou dar conta de tudo isso? De todas essas matérias?”. Com o passar do tempo, fui entendendo como as coisas funcionavam e como seriam a partir da minha experiência pessoal, uma vez que sempre me cobrei intensamente enquanto aluna. Entendi que haveria – diversos – desafios e partes difíceis, mas que são completamente possíveis de se resolverem. Assumi cargos de liderança, como editora de web na disciplina de Apuração, Redação e Entrevista ou chefe de reportagem da disciplina de Telejornalismo, mas, para além de posições de destaque, sempre me coloquei inteiramente naquilo que estava fazendo.

Acredito que isso compõe uma dupla faceta da minha personalidade; uma positiva, que me motiva e faz querer alcançar bons resultados, boa qualidade de trabalho; e outra que considero negativa, visto que a cobrança excessiva me deixa ansiosa e em estado de alerta constante. Porém, me mantive confiante de que o processo de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso seria tranquilo, já que consegui superar atividades que considerava distantes da área que me interessa, logo, neste trabalho maior eu iria “tirar de letra”. Após diversos trabalhos em grupo que me despertavam esse misto de sentimentos descrito acima, cheguei à disciplina de TCC 1 pensei: “finalmente vou trabalhar sozinha, no meu ritmo!”, mas eu não havia me dado conta de que ritmo seria esse.

Em todo percurso podem acontecer coisas fora do nosso controle, é comum, porém, de acordo com outras tarefas que estava realizando junto à disciplina de TCC 1 me vi completamente perdida no tempo e na divisão de atividades/atenção que estava dedicando. Como estou fazendo um produto, é neste momento que tecemos as discussões teóricas e embasamentos para construção posterior do resultado – nesse caso o Manual de Cobertura –, porém, esse período mostrou-se mais complicado do que deveria ser. Por conta de fatores externos, como a pandemia de Covid-19 e a greve dos professores e técnicos, o calendário da UFOP caminha diferente do habitual – não só de outras instituições, mas do funcionamento do mundo. Dessa forma, iniciei a execução do projeto em novembro, passando por feriados de natal, ano novo e carnaval com limite em abril para encerrar as discussões.

Apesar de ter uma bagagem teórica e discussões aprofundadas sobre gênero, violência e sexualidade – muito por conta do *Ariadnes* e da disciplina de Gênero e Jornalismo, agora Jornalismo, Gêneros e Sexualidades, que cursei no segundo período (e da qual fui monitora) –, quando comecei a escrever, efetivamente, o TCC, fiquei paralisada. Era como se eu tivesse esquecido tudo, até mesmo como escrever. O que é engraçado para mim, já que durante a escrita do anteprojeto, para Métodos, não tive qualquer dificuldade com os termos acadêmicos

e mais, estou acostumada a realizar discussões sobre os temas nos textos que redijo para o site do *Ariadnes*. No entanto, acredito que componentes como ansiedade, insegurança e aquela sensação de “estou me formando” tomaram minha razão nesse momento.

Na reta final do período 24.2, quando já estamos no final de março de 2025, mas ainda “carregando” o ano passado, precisei recuperar minhas forças e energias para finalmente sentar e escrever. Os fatores foram múltiplos para o acúmulo de tarefas e falta de tempo, desde outras demandas acadêmicas, até o próprio fluxo da vida, porém, é chegado o momento de “tomar tenência” e resolver o que ainda falta. Com isso, encerrei meus capítulos e, da mesma forma, encerro também um ciclo, que antes era tão desconhecido, tão amedrontador; mas agora mostra-se possível e, ainda mais, superado.

Parte 3: o início do final da graduação

É início do 25.1, em maio de 2025, o frio se antecipou e já tirei as meias mais quentes do fundo do armário. Nesse clima, inicia-se o fim da minha trajetória na graduação no curso de Jornalismo na UFOP. Os sentimentos que esse momento nos evoca são vários, como “o que vou fazer depois?” ou aquele “e agora?” que ecoa diariamente. No mesmo momento, estou passando mais uma vez por um processo de luto familiar – mais uma vez, pois quando estava iniciando o projeto, ainda na disciplina de Métodos, enfrentava o luto de Cristina, minha mãe –, que me acompanha e torna de alguma forma mais forte e mais sensível para o sentimento que aflora em mim.

Ao mesmo tempo, me vejo mais pronta e com mais aprofundamento, é como se as referências e casos borbulhassem em mim todos os dias, mas, que me paralisassem com a sensação de finalizar a graduação que sonhei – e que agora encerro. As notificações do Google Alertas são muitas e parece que, a cada semana, um novo caso emblemático acontece. As violências, claro, acontecem constantemente – mesmo aquelas sutis, que nem nos damos conta –, mas digo da cobertura, que vem sendo mais pautada (ainda que muitas vezes de maneira equivocada) e ganha mais visibilidade em meio ao caos que já vivemos.

É interessante pensar que, desde que entrei no *Ariadnes*, lá em 2023 – como descrito anteriormente –, é como se esse alerta se estendesse ao meu corpo, fazendo com que eu prestasse mais atenção às violências cotidianas e me fizesse de antena para o que viesse a partir dali. Além disso, há um movimento de retorno às leituras que já realizara no pré-pandemia e também durante – com autoras/es como Flávia Biroli; Luís Felipe Miguel; Conceição Evaristo; Djamila Ribeiro; entre outras –, uma vez que o pensamento feminista me foi apresentado muito cedo, ainda na escola.

Agora, ao finalizar a graduação, sinto que percorri um caminho que fez e faz sentido para quem sou hoje, que me fez chegar mais longe e entender coisas de maneira muito clara, como a estrutura patriarcal e neoliberal na qual estamos inseridas – e somos, constantemente, violentadas. Me lembro de ler, no segundo período, para a disciplina de Gênero e Jornalismo, os textos de Guacira Lopes Louro; Heloísa Buarque de Almeida; Berenice Bento; da própria Karina Gomes Barbosa, que orienta esse trabalho, e tantas outras referências essenciais.

Para o trabalho final, li *Garotas Mortas*, de Selva Amada, e escrevi um ensaio nomeado “A chancela social concedida aos feminicídios: “Garotas mortas” como a essência da cultura de ódio, machista e assassina”. É engracado, e até nostálgico, retornar a esses materiais, tão meus e tão distantes ao mesmo tempo, essa Lia-caloura nem imaginava onde estaria hoje. Importante dizer que há muito a ser lido, escrito, (re)visitado e descoberto, mas, faço desse projeto uma conclusão da menina que sonhou, lá em 2021, com o início da graduação em comunicação já pensando em gênero, e hoje a finaliza – com sede de mais.

Parte 4: números pares me parecem melhor

Desde criança tenho preferência por números pares, principalmente o número oito, ele sempre me apeteceu. Nesse trajeto até aqui poderia citar diversos acontecimentos em anos/dias pares, mas não é o caso. Ano passado, 2024, eu ficava vendo o número seis em vários lugares; no celular, nos relógios, nas casas. Daí em março minha mãe foi internada no sexto andar, ficou no quarto 604. Ela faleceu ainda no mesmo mês, no ano em que faria 66 anos. Gosto de brincar com as coincidências na minha cabeça.

Mas acho que, no final das contas, não estou falando dos números, mas da dimensão de par enquanto combinação, conjunto e companhia – principalmente de gente. Digo isso porque não seria possível realizar nada sozinha; seja por conta das leituras e referências acadêmicas, das orientações afetuosas e próximas com Karina, dos podcasts que se fizeram companhia muitas vezes durante o processo, ou newsletters. Mas, sobretudo, das pessoas que estiveram ao meu redor para que tudo isso acontecesse e se materializasse, com conversas, dicas ou só presença.

Me interesso muito pelo processo de escrita das pessoas, de como elas organizam a ideia, expõe fatos, descobertas ou como contam histórias. Foi, justamente assim, acompanhando desde legendas de um stories do Instagram até textos acadêmicos, pesquisas importantes, que construí meu próprio método, estratégia e singularidades da escrita. Gosto de acreditar que é só o início – mas já fico contente por conseguir chegar até aqui.

Do jeito que sou tagarela, já tinha em mente que agradecimento algum seria suficiente para transmitir tudo aquilo que me compõe, claro, mas acho que preciso colocar, mais uma vez, o tanto que sou grata e tenho amor por aquelas/es que estiveram por mim. Seja por me formar enquanto pessoa, como minha família; seja por caminhar comigo e me fazer encontrar diariamente com o amor, como Bianca, minha companheira; seja por existir ao meu lado, me fazer rir e caminhar com mais leveza, para que assim conseguisse entregar este produto.

Acredito que existem diversas maneiras de demonstrar o amor, e também de senti-lo. Nessa jornada senti muito, muitas coisas. Já senti raiva abrindo o email do Google Alertas e me deparando com coberturas péssimas; já senti solidão, escrevendo sozinha numa tarefa só minha; já senti felicidade por me enviarem referências (até vídeos nas redes sociais valem); já senti – e sinto – amor por conseguir realizar esse trabalho, ao lado de quem está comigo.

Esse produto não é sobre luto(s), mas sobre o que eu fiz com ele. É me transformar, me conhecer e me colocar enquanto profissional. Apesar do tema ser também – na minha opinião – um dos aspectos do luto, que é a sensação de perda, de impotência, de uma marca que fica conosco para a vida, ele se mostra enquanto uma possibilidade de fazer diferente, de uma cobertura qualificada e necessária. Vem desse lugar a sensação “do que eu fiz com meu luto” e como ele se transformou não só em outros sentimentos, mas coisas concretas, lugares que visitei e quem hoje me tornei.

Daí todos esses sentimentos se misturam àquilo do final de ciclo e me deixam meio desnorteada, não sabendo para onde ir e como lidar com tudo isso. Então eu paro, volto para onde estava e sigo daqui, sempre na tentativa de fazer das coisas menos complicadas, mais divertidas (ainda que seja difícil), porque como minha mãe, eu adoro rir.

Considerações finais

A partir da realização deste trabalho, da junção de referências – bibliográficas, sonoras, visuais ou mesmo aquelas subjetivas – e da minha implicação pessoal em meio a tudo isso, pude compreender (ou reunir pistas) sobre a atuação jornalística na qual acredito. Sobretudo falando de violências, tema sensível e denso, que me fez repensar meu fazer profissional, que agora tem como um dos pontos de partida o testemunho.

Testemunho por ser mulher, por ser LGBTQIAPN+ e pobre, mas também por me colocar enquanto aliada às outras causas – de raça, deficiência, geração e localidade, por exemplo. Testemunho por acreditar na construção de um jornalismo que se coloca, se implica, é crítico e sabe questionar. Logo, testemunho porque vivo e acredito na mudança – que vem de dentro da própria comunicação, mas não apenas.

O Manual existe porque vivi, na pele, violências de gênero no ambiente universitário – ou seja, testemunhei – e também as observei. Ele existe também porque acredito que há um longo caminho a ser (e sendo) trilhado por jornalistas competentes e comprometidas, o que pude observar muito no processo de construção do produto final. Ao ler e acompanhar boas referências desse jornalismo que é testemunha, aliado, pude perceber como o trabalho coletivo é essencial – não só porque fica mais fluido, mas também porque nós, enquanto mulheres, por exemplo, somos os principais focos de uma série de violências e precisamos reivindicar e lutar unidas pelo combate e eliminação dessa expressão de poder patriarcal.

Isto é, a classe de jornalistas precisa se colocar à frente neste embate – e tantos outros – juntas, para que tenhamos a força necessária para promover mudanças. Não somente mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, negras ou com deficiência, mas todas as pessoas; é fundamental que juntemos nossas reivindicações para agir em conjunto.

Uma vez que nós, mulheres, somos testemunhas – por nós e por outras –, vítimas, parte da sociedade como um todo e compreendemos como o patriarcado age, é nosso dever representarmos com mais responsabilidade os corpos, acontecimentos e memórias daquelas que sofreram algum tipo de violência. Além disso, é essencial que tenhamos aliadas/os/es nessa função de representar os acontecimentos com ética e comprometidas com a verdade.

Por isso este manual é também um manifesto, um convite à ação, luta engajada e propostas de mudança. Além de ensinar, dar dicas – que é o que mais se espera de um manual –, ele também serve para pensar para além dessas caixas que nos limitam, nos fazem menores. Acredito muito em possibilidades melhores; seja do fazer jornalístico ou de habitar o mundo.

O processo de produção foi como ver uma árvore crescer, lento e ao mesmo tempo tão rápido que nem pude me dar conta; para isso, foi necessário também deixar que as “raízes” crescessem e tomassem seus devidos lugares – como no filme *Vidas Passadas*, em que a protagonista destaca a necessidade de tempo e reflexão para as coisas chegarem ao seu lugar. Não é apenas a reunião de informações necessárias para coberturas mais qualificadas, é também expressão de crítica de mídia, educação midiática e elaboração de estratégias para humanizar as vítimas.

Além disso, o Manual é um trabalho de conclusão de curso, mas também um produto do *Ariadnes*, que dá respaldo ao conteúdo, à relevância e à construção em si. O projeto não só me auxiliou na elaboração da ideia, mas na continuidade e conclusão – desde as reuniões semanais, que me dão novas fontes e materiais, até o afeto que compartilhamos juntas. Sendo assim, o testemunho ganha uma nova camada: andar em companhia, pois encontrando os ecos desses gritos abafados também nos fortalecemos.

Se cheguei até aqui foi com a presença de tantas pessoas que estão – implícita ou explicitamente – presentes neste produto final, que ajudam a encontrar representações melhores, mais dignas e humanas para cada uma que foi vítima de violência de gênero no ambiente universitário.

Ao passo que concluo a graduação, estou apenas começando na minha atuação enquanto jornalista e/ou pesquisadora; é energizante e amedrontador, mas, sobretudo, é só o início de tantos aprendizados que ainda tenho daqui para frente. É interessante como sinto que ganhei novos contornos enquanto pessoa e, mais que isso, como o produto reflete isso. O trabalho busca ensinar, eu aprendi (e muito) com ele.

Referências bibliográficas

AFONSO, Lúcia. Introdução. In: DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Érika. Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins. **Belo Horizonte: Fino Traço**, 2011.

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. *Comunicação Mídia e Consumo*, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 149–170, 2008. DOI: 10.18568/cmc.v5i14.141. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/141>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Gênero. In: Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 6 n. 3, 2020, p. 33-43. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF_F-G%C3%A3Aneros.pdf.

ALMEIDA, Tânia; ZANELLO, Valeska. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. **Brasília: OAB Editora**, 2022.

ARIADNES. A dor de ser a única – qual o lugar de mulheres negras nos ambientes universitários? Ariadnes, 2024. Disponível em: <https://ariadnes.org/2024/12/13/a-dor-de-ser-a-única-qual-o-lugar-de-mulheres-negras-nos-ambientes-universitarios/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ARIADNES. Quem somos. Ariadnes, 2025. Disponível em: <https://ariadnes.org/quem-somos/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BARÃO DA SILVA, Gisele. Direitos das Mulheres na Imprensa: uma análise de guias para jornalistas. In: Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipadoras". Organização de Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018. p. 178-190.

BARBOSA, Karina Gomes. ARIADNES E O EXERCÍCIO DE UMA CRÍTICA DE MÍDIA FEMINISTA. In: ANAIS DO 24º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE JORNALISMO, 2025, Curitiba. Anais eletrônicos..., Galoá, 2025. Disponível em: <<https://proceedings.science/enejor-2025/trabalhos/ariadnes-e-o-exercicio-de-uma-critica-de-midia-feminista?lang=pt-br>> Acesso em: 18 Ago. 2025.

BRASIL. Lei N°10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL, Lei N°8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL, Lei N°14.557, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/l14457.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Assédio Moral e Sexual no Trabalho. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20sexual%20%C3%A9%20definido,216%2DA>. Acesso em 22 mar. 2025.

BRITO, Carolina et al. Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 94, n. 2, p. e20201720, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/gThR3Njnbx4945tDm5SfzWd/?lang=en>. Acesso em 22 mar. 2025.

BUTLER, Judith. (2015). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? (S. T. M. Lamarão & A. M. Cunha, Trads.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. Edições Sesc SP, 2023.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária?. **Comunicação & Inovação**, v. 2, n. 4, 2002.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. E-Compós, /S. l.J, v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAVALEIRO, Maria Cristina; DA SILVA LIZZI, Elisangela Aparecida. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: resistências para além de silêncios e omissões. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 12, n. 1, 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. Editora Contexto, 2015.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, Federação Nacional dos Jornalistas, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139, 1989.

DE HOLLANDA, Heloisa Buarque et al. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

FURTADO, Thaís Helena; DORETTO, Juliana. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. Revista Mídia e Cotidiano. Rio de Janeiro: UFF, 2013-. Vol. 14, n. 1 (jan./abr. 2020), p. 32-54, 2020.

GOMES BARBOSA, Karina. Sobre ver/não ver imagens de meninas mortas. No prelo.

HOOKS, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara [et al] (orgs). Vulnerabilidades, narrativas, identidades. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 31-49. Disponível em: [Vulnerabilidades, narrativas e identidades – Selo Editorial PPGCOM UFMG](https://vulnerabilidades.seloeditorial.ufmg.br/index.php/vulnerabilidades/article/view/3149). Acesso em: 22 mar. 2025.

LISBOA, N. de S.; PEREIRA, F. “Panos quentes queimam quem denuncia”: propostas a partir do feminismo decolonial para superação da violência de gênero na universidade pública. Comparative Cultural Studies: European and Latin American Perspectives, v. 18, 2024. Disponível em: <<https://www.upo.es/revistas/index.php/ccs/article/view/9648>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

LUPTON, Ellen et al. A produção de um livro independente Indie Publishing: um guia para autores, artistas e designers. **São Paulo: Edições Rosari**, 2011.

MACHADO, Elias. Prefácio. In: Manual de laboratório de jornalismo na internet. PALACIOS, Marcos; RIBAS, Beatriz. Edufba, 2007.

MARQUES, Felipe Tumenas. Análise do perfil dos professores do ensino superior brasileiro de 2010 a 2019. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025019, 2023. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8673199. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8673199>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Dandara: a vida nua de um corpo sem peso. Contemporânea, v. 16, n. 1. p. 10-21, jan-abr 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/25986>. Acesso em 22 mar. 2025.

NUNES, Thiago Soares et al. A influência da cultura organizacional na ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168911/342193.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 mar. 2025.

OLIVEIRA, Yan Menezes; CAMARGO, Karina Acosta. Pedagogias da masculinidade: Gênero e violência na modernidade-colonial [Pedagogies of masculinity: Gender and violence in colonial modernity]. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 117171-117187, 2021.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo: Drops, 2021.

PESQUISA INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. 2015. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em 22 mar. 2025.

REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo. Editora Insular, 2019.

REZENDE, R.; BRAVIN, A. As repúblicas estudantis de Ouro Preto e Mariana: influências da comunidade na existência de uma bolha social. INICIACOM: Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 10-25, abr./jun. 2023.. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/4351>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres notas sobre a economia do sexo. **SOS corpo, Recife**, 1993. Disponível em [O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo](https://www.soscorpo.org.br/trafico-mulheres-notas-sobre-economia-politica-sexo). Acesso em 22 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAVATER, Fernando. Razões para a ética. In: Ética Urgente!. São Paulo: SESC São Paulo, 2014.

SECOM. Estratégia Brasileira de Educação Midiática. Brasília: Presidência da República, 2023b. Disponível em:

https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em 18 ago. 2025.

SEGATO, R. L. Las estructuras elementales de la violencia. – 1 ed. – Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Resolução CUNI N° 1.540. Aprova o Estatuto das Residências Estudantis de Ouro Preto. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1540.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.